

RELATÓRIO DE GESTÃO E ACTIVIDADES 2023

18/2

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	3
REGIÃO DO ALGARVE	4
CENTRO INFANTIL O BÚZIO	4
REFEITÓRIO SOCIAL O BÚZIO	6
ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL	7
CRECHE OS AMENDOINHAS	8
EQUIPAMENTO NOSSA SENHORA DA VISITAÇÃO	10
UNIDADE DE LONGA DURAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ALBUFEIRA	13
SERVIÇOS DE FORMAÇÃO	16
REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO	20
ERPI QUINTA DO OITÃO	20
CRECHE "ALGODÃO DOCE"	21
OUTROS INDICADORES DE GESTÃO	24
GESTÃO DE UTENTES	24
ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA E PRESTAÇÃO DE CONTAS	36
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, ACTAS E PARECERES	32
BALANÇO	
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA	
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS	
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	
ACTA DE DELIBERAÇÃO DO CONSELHO EXECUTIVO	
CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	
PARECER DO CONSELHO FISCAL	
ACTA DE DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	



INTRODUÇÃO

No cumprimento das suas obrigações legais e estatutárias, vem a Fundação António Silva Leal apresentar as principais actividades desenvolvidas, por Equipamento Social, durante o ano de 2023.

Ao longo do presente relatório, serão evidenciadas e identificadas as diferentes formas de caracterização, resultantes do âmbito nacional da acção e da sua interacção com as características específicas de cada tipologia que cada uma das respostas sociais apresenta na participação sistémica.

O âmbito desta influência fundacional encontra-se plasmado nas duas zonas geográficas de implementação onde a Fundação tem a sua intervenção mais incisiva, sendo que no seu final, estabeleceuse uma abordagem ao quadro geral de utilizadores, distribuídos pelas actividades desenvolvidas, bem como uma acoplagem à caracterização dos seus recursos humanos.

Serão ainda apresentados os elementos contabilísticos e financeiros da Fundação, nomeadamente as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2023, bem assim como alguns rácios que evidenciam a situação financeira da Instituição.

Not be

REGIÃO DO ALGARVE

----- CENTRO INFANTIL O BÚZIO ------



O Centro Infantil tem como objectivo principal dar uma resposta de qualidade no âmbito socioeducativo, proporcionando às crianças condições adequadas a um crescimento saudável e oferecendo aos pais a tranquilidade de saberem que os filhos estão num ambiente seguro, controlado, estimulante e promotor de um desenvolvimento harmonioso. Tendo em conta o processo evolutivo das crianças, prima-se pelo atendimento personalizado e de estreita colaboração com as famílias, numa partilha de cuidados e responsabilidades.

Em colaboração com os outros Equipamentos da área da Infância da Fundação, este Centro Infantil dispõe de um sólido projecto pedagógico e de uma equipa de profissionais qualificados, experientes, motivados e empenhados em proporcionar todo o tipo de situações pedagógicas, fomentando o questionamento crítico da criança, a exploração e resolução cooperada de problemas promovendo desta forma a autonomia, a iniciativa e a responsabilização.

O Centro Infantil O BÚZIO dispõe das respostas sociais de Creche e Pré-Escolar e é composto por:

Creche:

- 1 Sala de aquisição da marcha 2 anos com capacidade para 10 crianças;
- 1 Sala de 2-3 anos com capacidade para 16 crianças.

Pré-Escolar:

5 Salas heterogéneas com capacidade para 105 crianças.



Enquadramento

Sempre na óptica da manutenção do elevado grau de satisfação e espectativa dos seus clientes, o Centro Infantil O BÚZIO mantém a sua boa imagem na comunidade educativa do concelho de Albufeira que o coloca como um equipamento de referência e de primeira escolha no que se refere à Educação na Infância.

Este foi mais um ano de prestação de serviços de qualidade, onde a colaboração com os encarregados de educação assumiu um papel fundamental no desenvolvimento das mais variadas actividades e, por conseguinte, nos resultados das mesmas no processo educativo dos seus educandos.

Dinâmica e Organização do Equipamento

- Ano lectivo 2023/2024: Foram admitidos 16 utentes em Creche e 34 utentes em Pré-Escolar;
- Reuniões de Pais: As Reuniões de Pais tiveram uma participação de 93%, sendo o valor mais elevado registado até ao momento e que superou o máximo verificado em Outubro de 2019 com o total de 83%.

Actividades Realizadas

- Como forma de melhoria e modernização da comunicação com as famílias e dos registos pedagógicos dos utentes implementou-se uma plataforma digital educativa, a Chilldiary;
- Procedeu-se à reabilitação dos espaços verdes das zonas envolventes do Equipamento e à contratação de um jardineiro que tratará desses espaços mensalmente;
- Realizou-se um simulacro com a participação das entidades Bombeiros Voluntários, Protecção Civil, e GNR para verificação dos procedimentos de segurança dos colaboradores em caso de emergência.
- Juntamente com as restantes instituições do município, participação tanto na organização como no próprio Desfile de Carnaval com a temática "Jogos de outros tempos";
- Participação activa no Mês da Prevenção contra os Maus Tratos Infantis que decorreu na Praia dos Pescadores com a organização da APEXA, GNR e Camara Municipal de Albufeira;
- No âmbito do projecto Heróis da Protecção Civil, com a colaboração da Protecção Civil de Albufeira, realizou-se uma apresentação às nossas crianças com o tema "Segurança na Rua";
- O término do Ano Lectivo 2022/2023 foi assinalado com a tradicional Festa de Fim de Ano Lectivo no Auditório Municipal de Albufeira, com a participação de todas as famílias dos utentes;
- Para os Finalistas de Pré-Escolar, como forma de assinalar todo o seu percurso, organizou-se um evento intitulado "Noite dos Finalistas";
- Desenvolveu-se também as actividades normais e decorrentes das comemorações de outras datas como a Páscoa (com o Coelho da Pascoa a distribuir ovos pelas crianças), o Halloween (Baile de Máscaras e sessão de Teatro), Dia do Pai, Dia da Mãe;
- Assinalou-se a época Natalícia com a decoração do espaço exterior, o qual se transformou numa zona alusiva à Fábrica dos Brinquedos de Natal;
- Realizou-se a tradicional Festa de Natal no Auditório Municipal de Albufeira com a participação de todas as Famílias.

------ REFEITÓRIO SOCIAL O BÚZIO ------

Seguindo o objectivo macro de ajudar e intervir na sociedade, a Fundação criou o Refeitório Social O BÚZIO em Julho de 1996, visando constituir um apoio social de primeira linha a pessoas em situação de extrema carência económica e social, sejam elas pessoas sem-abrigo ou em risco de marginalização, pessoas com incapacidade para assegurar as suas necessidades básicas de forma temporária ou permanente.

O Refeitório Social disponibiliza vários serviços aos utentes a que presta apoio, que estão compreendidos entre: apoio alimentar, que se caracteriza por um apoio a nível de refeições confeccionadas ou em géneros alimentares; higiene pessoal, que se traduz em disponibilização de balneários, e todos os artigos necessários para uma higiene por inteiro; o apoio de vestuário que, como o nome indica, caracteriza-se pela entrega de artigos de roupa, mantas e calçado. Procura ainda estabelecer um processo de comunicação que, visa a realização de um diagnóstico social e concretização de um projecto de vida de inclusão social.

O Refeitório Social constitui uma resposta social para a população economicamente desfavorecida, proporcionando no transacto ano, um conjunto de apoios de âmbito social, que a seguir se enumeram:

- Foram servidas, em média, cerca de 50 refeições diárias, constituídas por sopa, prato quente, bebida, pão e sobremesa, acrescida de lanche ou de jantar (caso possuam casa onde possam acondicionar a refeição);
- Facultada a realização de higiene pessoal a pessoas sem-abrigo ou que não possuem condições habitacionais, com disponibilização de gel de banho, champô, pasta e escova de dentes, toalhas, lâminas e gel de barbear, entre outros produtos;
- Foi criado um balneário masculino que consequentemente reflectiu-se num elevado acréscimo de banhos diários;
- Entregues, semanalmente, géneros alimentares a famílias carenciadas para confecção de refeições no seu domicílio;
- Foi organizado um "Banco de Roupa", no qual foram recolhidos donativos de artigos de vestuário que foram distribuídos pelos beneficiários do Refeitório Social;
- Participação activa nas Campanhas do Banco Alimentar Contra a Fome;
- Recolha de donativos (géneros alimentares) Banco Alimentar Contra a Fome de Portimão;
- Realização do almoço de Natal para os Sem-Abrigo;
- Distribuição mensal de cabazes alimentares a famílias carenciadas do concelho, conforme protocolo com o Município de Albufeira;
- Recolha de donativos, através de entidades privadas (Continente e Pingo Doce) com o objectivo de minimizar/colmatar as necessidades básicas dos utentes;
- Parceria com a Junta de Freguesia de Albufeira para atribuição de 150 cabazes alimentares, a famílias carenciadas no decorrer do mês de Dezembro;
- Parceria com unidade hoteleira em Albufeira "Hotel Júpiter" para recolha de géneros alimentares (refeições confeccionadas) três vezes por semana, entre os meses de Abril a Novembro;



 Participação na campanha TONELADAS de AJUDA, que visa a entrega de papel / cartão na ALGAR, para reciclagem, sendo o peso convertido em alimentos, doados pelo Banco Alimentar Contra a Fome do Algarve.

Atendendo ao acentuado crescimento populacional do concelho de Albufeira, fruto da forte atractividade deste território, o que conjuntamente com razões específicas da conjuntura socioeconómica actual, permite compreender a confluência de indivíduos ou famílias sem retaguarda familiar aumentando os riscos de exclusão social face a contextos de sazonalidade do emprego, baixas qualificações escolares e/ou profissionais, problemáticas estas onde se foca a actividade desta resposta social.

Torna-se ainda importante salientar que, desde 2015 e de acordo com o aumento populacional e de situações de extrema carência e exclusão social, e vislumbrando a Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem Abrigo, o Refeitório Social, em conjunto com a Câmara Municipal de Albufeira e outras instituições do concelho, convergiram esforços e iniciaram a criação de um grupo de intervenção e acompanhamento de pessoas em situação de sem-abrigo, para que de uma forma unida e responsável, o concelho esteja capacitado de uma resposta correcta e rápida a estas situações de flagelo social. Assim, desde Novembro de 2020, a FASL integra o Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo de Albufeira (NPISA), fazendo parte quer do Grupo Operacional quer do Grupo Estratégico. O NPISA visa apoiar as pessoas que se encontrem em situação de sem-abrigo com o intuito de monitorizar, acompanhar e intervir junto desta população.

A par deste grupo de trabalho, a Fundação está também representada no Núcleo Alargado e Executivo do Conselho de Acção Social de Albufeira – Rede Social, como entidade parceira, dando o seu contributo para o desenvolvimento social do concelho. A Rede Social tem por base a erradicação da pobreza e da exclusão social, com vista à promoção do desenvolvimento social.

A Fundação tem também representação no Núcleo Local de Inserção da Segurança Social de Albufeira (NLI), que tem como competências acompanhar o desenvolvimento das acções previstas no contrato de inserção dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção do concelho.

Assinado protocolo com o Município de Albufeira em 01 de Janeiro de 2023, no âmbito, das transferências de competências dos serviços de Acção Social da Segurança Social para os municípios. Este protocolo assegura um atendimento e acompanhamento social de qualidade e proximidade aos indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, bem como, de emergência

------ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL ------

Esta resposta social, que possui uma ligação muito forte com a anteriormente descrita, tem como objectivo primordial atender e acompanhar os indivíduos encaminhados para o Refeitório Social. São identificados os problemas/situações desfavoráveis para a plena concretização de um projecto de vida coeso, e pretende-se a minimização/resolução dos mesmos, através do encaminhamento para diversas instituições/serviços do concelho de Albufeira.

My le

Através da presente resposta social, em articulação com as outras distintas instituições do concelho, foi possível a integração de alguns utentes do Refeitório Social em condição de sem-abrigo em Alojamento de Acolhimento Temporário e encaminhamento para beneficiar de prestação social, nomeadamente Rendimento Social de Inserção. Em contexto, também, de atendimento conseguiu-se sinalizar, encaminhar e responder a situações de vulnerabilidade social, nomeadamente ausência de rendimentos, carência alimentar, desemprego, entre outros.

----- CRECHE OS AMENDOINHAS -----



A creche "constitui uma das primeiras experiências da criança num sistema organizado, exterior ao seu círculo familiar, onde irá ser integrada e no qual se pretende que venha a desenvolver determinadas competências e capacidades" (Manual dos processos chave:02). Nota-se cada vez mais uma preocupação crescente com os primeiros anos de vida da criança e além disso, o "[...] reconhecimento da importância desta fase do desenvolvimento da criança enquanto indivíduo" (Idem:2). Importa salientar, recorrendo a Gabriela Portugal, citada por Vasconcelos (2000:85) que a creche permite "a estimulação cognitiva, socioemocional e física oferecida à criança, realizada através das actividades e relações interpessoais que se desenvolvem com esta".

Com estas alterações a Fundação António Silva Leal, ao longo dos seus 31 anos de existência, foi adequando as suas formas de actuação às necessidades da comunidade, criando respostas socias, indo desta forma, ao encontro das necessidades das famílias. A Creche "Os Amendoinhas" uma das valências da Fundação, vem colmatar uma enorme brecha social no concelho de Albufeira e é o primeiro passo dado no sentido de preencher e resolver essa grande carência na área.



Garantir às crianças a continuidade dos cuidados assegurados pela família, atendendo a que o desenvolvimento de cada uma é individual e caracterizado por transições específicas, proporcionando-lhes um clima de segurança afectiva e física, será sempre a nossa preocupação e objectivo.

A Creche "Os Amendoinhas" integrada no concelho de Albufeira, desde Setembro do ano de 2005 já acolheu mais de duas mil crianças, com o apoio de uma equipa de profissionais seleccionados.

Nesta resposta social, tal como em todos os equipamentos da Fundação António Silva Leal, o nosso único e grande desafio é a qualidade. Desde 2005, como forma de colmatar as necessidades do concelho. De modo a adaptar-se à legislação em vigor designadamente a Portaria n.º 190-A/2023, de 5 de Julho, em Setembro iniciou-se o ano lectivo com 112 criança, mais quatro do que ano anterior.

Balanço das Actividades

Considera-se que todas as áreas foram executáveis e o cumprimento dos objectivos conseguidos. Foram definidos os seguintes objectivos:

- Na área do desenvolvimento pessoal e social, acolher e promover o desenvolvimento pessoal e social dos nossos utentes nas actividades e rotinas;
- Na área do conhecimento do mundo, sensibilizar para as diversas ciências e promover processo de questionamento e de procura organizada do saber dos nossos utentes de forma a uma melhor compreensão do mundo que a rodeia;
- Na área da Expressão e comunicação, promover diferentes formas de expressão e comunicação de forma criativa.

No âmbito do projecto educativo "Eu Sou o Faz de Conta", foi dada primazia aos contos infantis como potenciadores do desenvolvimento, promovendo um conjunto de actividades valores como respeito, partilha e entreajuda. Estas actividades permitiram às crianças adquirirem gosto por ouvir histórias, por manusear o livro, e também permitiram potenciar os momentos de comunicação, estimulando o desenvolvimento da linguagem e da comunicação.

Na interacção /envolvimento das famílias, procurou-se o envolvimento das famílias na realização das diferentes actividades desenvolvidas (festas temáticas, Festa de Natal e Festa final).

As actividades no âmbito da formação estas têm vindo a assumir um papel fundamental no cumprimento das metas e objectivos do serviço de primeiros socorros, gestão e liderança da equipa, higiene e segurança, foram realizadas acções de formação destinadas aos colaboradores.

Em suma, o plano anual de actividades, foi conseguido com sucesso e o programa cumprido, foram ponderadas as características de cada família e readaptaram-se as estratégias aplicadas nos anos anteriores e que tiveram uma boa aceitação por parte das famílias, como é exemplo a intervenção online. É objectivo continuar a aposta na melhoria da qualidade da resposta social, beneficiando mais famílias através do alargamento da creche.

Not 60

- EQUIPAMENTO NOSSA SENHORA DA VISITAÇÃO -----



O Relatório de Actividades procurou analisar e avaliar as actividades e iniciativas desenvolvidas ao longo do ano de 2023, sintetizando os aspectos mais relevantes de várias áreas: Recursos Humanos, Parcerias, Formação e Avaliação dos resultados das actividades ocupacionais e de desenvolvimento pessoal.

As actividades de animação decorreram ao longo de todo o ano, tendo sido realizadas de acordo com o Plano de Actividades. Os objectivos do Plano de Actividades, que justificam as acções realizadas, consistiram em:

- prevenir e retardar as incapacidades de forma a melhorar as condições de vida dos utentes;
- melhorar o relacionamento interpessoal entre os vários grupos que compõe a Instituição;
- melhorar a divulgação externa da vida institucional e o envolvimento com a comunidade.

A avaliação das actividades de carácter contínuo baseia-se em registos diários preenchidos após cada actividade com informação sobre os participantes que beneficiaram e o seu nível de participação.

Ao longo do ano também foram desenvolvidas algumas actividades não estavam inicialmente previstas em plano, mas dada a sua importância para o bem-estar psicossocial dos idosos realizou-se as mesmas. A animação é uma área de intervenção que contribui para o desenvolvimento do ser humano, através de um plano actividades sociais, culturais, desportivas e ocupacionais assumindo um papel muito importante na vida do utente institucionalizado.

As actividades são programadas anualmente, tendo sempre por base a melhoria da qualidade de vida, proporcionar um envelhecimento activo, promover as relações entre os idosos, família e instituição, para tal, são identificados os interesses, necessidades e motivações dos utentes.

A avaliação das actividades é contínua baseando-se em registos de participação em cada actividade com informação sobre os participantes. Nas actividades esporádicas a avaliação é feita por objectivos e posteriormente é verificada a sua concretização.

NX &

					Res	ultado	
	Objectivos	Actividades	Calendarização	Destinatários	Sim	Não	Observações
	Os Objectivos foram todos alcançados. Houve uma percentagem de 75% de participação.	Cantinho da Estimulação cognitiva	Semanal	Idosos	x		Esta actividade realizou-se com jogos e fichas de exercícios cognitivos. A mesma foi aplicada de acordo com as capacidades e condições de cada utente.
Actividades de Animação	Objectivo alcançado numa percentagem de 75%.	Atelier do Jogo do Tabuleiro	Quinzenal e Mensal	Idosos	x		Esta actividade realizou-se com jogos de tabuleiro e o torneio de Bingo sénior que convidamos outras Instituições.
Actividae	Objectivo alcançado a 100%.	Atelier de Minutos de Beleza	Semanal	Idosos	×		Esta actividade realizou-se todas as semanas onde promovemos de bem-estar dos nossos idosos e o cuidado da sua auto-imagem através dos cuidados da unhas, cabelos pés e depilação.
	Objectivo teve uma participação de 50%.	Atelier de Oficina das Artes		Idosos	×		Nesta actividado realizou-se vaso de flores, pintura de telas, pinturo de desenho alusivos à estação



					do ano, recortes e colagens.
Objectivo teve uma percentagem de 50%.	Oficina de Escrita	Semanal	Idosos	x	Nesta actividade realizou-se vários jogos de palavras, desenvolver a escrita e a realização de fichas de estimulação cognitiva. Esta actividade ajudou na motricidade fina, na memória, atenção e cálculo dos idosos.
Objectivos	Saídas ao Exterior	Mensal	e Idosos	x	Esta actividade conseguiu-se pois os passeios são algo que os idosos adoram, todas as semanas são realizadas caminhadas no exterior do lar e foram feitos vários passeios como Lagoa dos Salgados, Quinta Pedagógica, Jardim dos Sentidos, Centro Educativo, Passeio de comboio.

Conclusão

Pode-se, por fim, constatar que o Plano Anual de 2023 foi cumprido, tendo sido feito um balanço positivo entre as actividades previstas e realizadas. Foram ainda executadas várias actividades que não estavam previstas, consideradas fundamentais para a melhoria contínua do desempenho da Instituição, salientando-se por isso a capacidade dos utentes e colaboradores.

Consideramos que o presente Relatório de Avaliação de Actividades é um instrumento importante de arquivo das actividades realizadas e de avaliação. Todo o registo demonstra o trabalho executado com o esforço e empenho de todos os colaboradores e dirigentes do Lar Nossa Senhora da Visitação. No ano de 2023, realizou-se obras e reestruturações no Lar, para que houvesse um maior conforto e qualidade nos serviços que prestamos aos idosos.

A nível dos recursos humanos, conseguiu-se equilibrar as equipas nos vários serviços do equipamento, o que promoveu sem dúvida um melhor trabalho para os idosos.

A nível das actividades lúdicas, conseguimos cumprir todas as actividades e ainda conseguimos realizar actividades não previstas. Para a Instituição, manter a actividade física e mental, é essencial para a estimulação dos idosos, promovendo as suas capacidades e competências cognitivas, e ajudando na promoção da autonomia dos idosos que leva a um envelhecimento activo.

------ UNIDADE DE LONGA DURAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ALBUFEIRA -----



A Unidade de Longa Duração e Manutenção de Albufeira – ULDMA visa dar apoio a pessoas com doenças ou processos crónicos, com diferentes níveis de dependência que necessitam de cuidados clínicos, de manutenção e de apoio psicossocial em regime de internamento de longa duração.

No âmbito da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados – RNCCI, a Fundação, em parceria com a Administração Regional de Saúde do Algarve e o Instituto de Segurança Social, inaugurou em Novembro de 2007 este Equipamento.

A ULDMA é uma unidade de internamento, de carácter temporário ou permanente, que dispõe de 20 camas, uma Equipa Interdisciplinar (Director Técnico, Médico, Enfermeiro, Fisioterapeuta, Técnico Superior de Serviço Social, Animador Sociocultural, Psicólogo, Auxiliar de Acção Directa) que acompanha, durante o período de internamento a evolução do utente e elabora um plano individual de intervenção conjuntamente com o utente e/ou familiar responsável de forma a garantir uma intervenção e encaminhamento adequados às suas necessidades.



À semelhança do ano anterior, continuou-se a investir ao nível da Saúde e Segurança no local de trabalho através da participação dos colaboradores em formação no âmbito da Saúde, Higiene e Segurança no Local de Trabalho.

A higienização das mãos, das superfícies e as boas práticas na manutenção do ambiente seguro, foi e será um tema de destaque no quotidiano da Unidade no que concerne à higienização das superfícies, tratamento de resíduos hospitalares, como forma preventiva de controlo das Infecções Associadas aos Cuidados de Saúde (IACS).

A ULDMA pertence ao Plano Nacional de Desfibrilhação Automática Externa (PNDAE), durante o ano 2023 foi contratada nova entidade para consultadoria do PNDAE da ULDMA — Blue Ocean Medical, nesse sentido investiu-se na formação dos operacionais DAE, bem como no contrato de manutenção com a referida empresa.

Pontos fortes e reforçados:

- Humanismo e solidariedade na prestação de Cuidados;
- · Trabalho em Equipa;
- Qualificação profissional;
- Promoção de iniciativas que promovam o bem-estar físico, psíquico e social dos utentes e dos colaboradores;

Actividades a desenvolvidas com os utentes:

Fisioterapia/ Animação Sociocultural/ Psicologia

- Actividades de geromotricidade;
- Sessões Individualizadas;
- Acompanhamento Psicológico;
- Estimulação Cognitiva.

Outras actividades realizadas:

- Comemoração dos Aniversários dos utentes;
- Comemoração do Carnaval Baile de Máscaras e actividades Lúdicas;
- Semana do Cuidador Momentos de partilha, Meditação com os cuidadores formais;
- Comemoração do Dia da Família (Lanche Convívio);
- Festa de Verão;
- Comemoração do Dia Internacional da Fotografia;
- Comemoração do Dia do Coração (Sessão de Esclarecimento);
- Magusto (Lanche Convívio);
- Comemoração do Aniversário da ULDMA;
- Festa de Natal (Actuação de colaboradores e utentes).



Formação ULDMA 2023:

- Ambiente, Segurança, Higiene e saúde no trabalho conceitos básicos;
- Gestão de stress e gestão de conflitos;
- Curso de Saúde Mental na 3º Idade;
- Boas práticas em segurança e saúde no trabalho, higiene alimentar e nutrição;
- Formação SBV-DAE.
- Curso de Prevenção e Controlo de Infecção e de Resistências a antimicrobianos
- Implementação da estratégia multimodal das PBCI Formação de Observadores da Higiene das mãos

ANÁLISE SWOT

<u>S</u> <u>Strenghts</u> (Pontos Fortes)

- Humanização dos cuidados;
- Interdisciplinaridade;
- União da equipa;
- Relação interpessoal;
- Qualificação profissional contínua.

Weaknesses (Pontos Fracos)

- Características físicas do edifício;
- Limitações físicas do espaço;
- Inexistência de
 Outdoors e Actividades
 promotoras

 Teambuilding;
- Dificuldade no recrutamento de determinados perfis profissionais.

Opportunities (Oportunidades)

- Reforço da relação e coesão da equipa -Outdoors, Actividades Teambuilding;
- Promoção de estratégias de coping adequadas a situações de stress laboral;
- Segurança no local de trabalho – colocar em Prática as MAP da ULDMA.

<u>T</u> Threats

(Ameaças)

- Limitações físicas do espaço;
- Infecções associadas aos Cuidados de Saúde.
- Limitações físicas do edifício.



-- SERVIÇOS DE FORMAÇÃO -----











A Fundação está certificada em nove áreas de educação e formação, tendo-lhe sido reconhecida a qualidade técnica exigida pelo referencial de qualidade do sistema de certificação de entidades

010 - Programas de base;

formadoras:

090 - Desenvolvimento pessoal;

146 – Formação de professores e formadores de áreas tecnológicas;

482 - Informática na óptica do utilizador;

729 – Saúde – programas não classificados noutra área de formação;

761 – Serviços de apoio a crianças e jovens;

762 - Trabalho social e orientação;

811 – Hotelaria e restauração;

862 – Segurança e higiene no trabalho.

A actividade formativa desenvolvida em 2023 resultou na execução de um plano de formação de 18.098 horas de volume de formação, nas áreas de formação 090, 146, 482, 729, 761, 762, 811 e 862, tendo sido a formação financiada destinada a activos empregados a que mais contribuiu para a concretização dos objectivos do plano de actividades.

Caracterização da formação desenvolvida

Os Serviços de Formação concebem, planeiam, organizam, executam e avaliam uma diversidade de projectos de formação, financiada e não financiada, em diversas modalidades. O ano de 2023 representou uma recuperação na procura de formação profissional pelas entidades empregadoras, tendo o financiamento atribuído pelo IEFP, IP através da Medida Cheque Formação, contribuído para esse acréscimo de procura. Realizaram-se acções no âmbito da Campanha 5 Cursos para 40 Horas de Formação em regime presencial, dirigida aos trabalhadores de entidades do sector social e acções em

formato E-learning, através da plataforma moodle, dirigida ao público em geral. Sobre a Formação de Formadores não foi possível realizar nenhuma acção por número insuficiente de inscrições.

Para além da formação dirigida ao público externo, realizaram-se acções de formação interna dirigida aos colaboradores da FASL.

Para a concretização do plano de formação, a Fundação dispõe de uma equipa multidisciplinar, com capacidades demonstradas na gestão de diversos projectos de formação financiados e não financiados, bem como um conjunto de recursos físicos e materiais que viabilizam a realização de actividades práticas potenciadoras de aprendizagens mais qualificantes.

Formação Contínua de Activos

Durante o ano de 2023, os Serviços de Formação organizaram e desenvolveram as seguintes acções dirigidas ao público em geral, com maior incidência junto dos activos empregados e entidades empregadoras, no âmbito da Formação Contínua de Activos:

Cursos de Formação em E-Learning

Realizaram-se seis acções de formação em e-learning, através da plataforma moodle, dirigida ao público em geral.

Curso de Intervenção na Demência com a duração de 25 horas.

Curso de Liderança e trabalho em equipa (UFCD 4647), duas acções com a duração de 25 horas cada. Curso de Comunicação interpessoal e assertividade (UFCD 5440) duas acções com a duração de 25 horas cada.

Curso de Técnicas de informação, comunicação e negociação (UFCD 5883) com a duração de 50 horas. Realizaram-se 200 horas de volume de formação com 6 formandos.

Medida Cheque- Formação

A medida Cheque-Formação, criada pela Portaria n.º 229/2015, de 3 de Agosto, tem como objectivo principal o incentivo à formação profissional, potenciando a manutenção de emprego e o reforço da qualificação e da empregabilidade. Sendo beneficiários directos os activos empregados e indirectos as entidades empregadoras, os Serviços de Formação têm investido na divulgação da medida e da prestação de serviços na elaboração das candidaturas e no desenvolvimento das acções aprovadas pelo IEFP. No ano 2023 desenvolveram-se vários processos com diversas entidades num total de 13.663 horas de formação e 489 formandos certificados, salientando-se uma taxa de aprovação de 100% dos processos submetidos.

Campanha 5 Cursos para 40 Horas de Formação

Os Serviços de Formação mantiveram a campanha de promoção de formação contínua, cujo objectivo é dar a oportunidade às entidades empregadoras de cumprir as horas de formação anuais definidas na legislação laboral em vigor, através da realização de percursos de formação de curta duração, que visam potenciar as qualificações dos recursos humanos em diversas áreas, indo ao encontro das necessidades específicas das diferentes categorias profissionais. Ao longo do ano 2023, realizaram-se formações em várias entidades, num total de 1.879 horas de formação dirigida a 245 formandos.

Outras formações de Activos Empregados

Foram ainda realizadas acções de formação à medida, junto de duas entidades, num total de 1.215,5 horas de formação destinada a 127 formandos.

Webinares Online

Ao longo do ano 2023 realizaram-se dezoito webinars online sobre temas diversificados, dirigidos às equipas técnicas de entidades públicas e privadas do sector social, de âmbito nacional. O objectivo é a promoção da partilha de conhecimentos e experiências entre todos os intervenientes (formandos e formadores) tendo em vista a difusão de boas práticas profissionais e a melhoría da qualidade dos cuidados aos utentes. Os webinars abrangeram um total de 379 participantes e realizaram-se 1.137 horas de volume de formação.

Formação interna FASL

Ao longo do ano 2023, realizaram-se cinco acções de formação em formato à distância, dinamizadas pelo IEFP, IP – Centro de Formação Profissional de Faro.

- UFCD 9185 Cuidados da rotina diária e actividades promotoras do desenvolvimento da criança, 25 horas, iniciada em Abril e concluída em Maio. A formação contou com a participação de colaboradores das respostas da infância, designadamente da Creche Amendoinhas, do Centro Infantil O Búzio, Creche Algodão Doce e Creche Seara Nova, num total de quinze formandos. Tendo formandos do Algarve, Alentejo e Lisboa, realizou-se em e-learning através da plataforma Teams do IEFP. Todos concluíram a formação com sucesso e obtiveram os certificados de qualificações.
- UFCD 3553 Saúde mental na 3ª idade, 25 horas, iniciada em Maio e concluída em Junho. Na formação participaram colaboradores da ERPI Quinta do Oitão em Sintra, do Lar N. Sra. da Visitação e da ULDMA em Albufeira, num total de dezasseis formandos. A acção também se realizou em e-learning e doze formandos concluíram com sucesso.
- UFCD 4651 Gestão de stress e gestão de conflitos, 25 horas, em formato b-learning, no
 período entre Maio e Junho. Participaram colaboradores da Sede em Lisboa, dos Serviços de Faro
 e alguns directores de respostas de Albufeira, num total de doze formandos, dos quais onze
 concluíram a formação e obtiveram os certificados de qualificações. Registou-se uma desistência.
 A acção teve uma sessão presencial no último dia, realizada no Centro de Formação de Faro.
- UFCD 0349 Ambiente, segurança, higiene e saúde no trabalho conceitos básicos, 25 horas. Realizaram-se duas acções, a primeira em Outubro/Novembro e a segunda em Novembro/Dezembro. Atendendo a que participaram colaboradores das diversas respostas sociais de Lisboa, Alentejo e Algarve, a formação realizou-se em formato e-learning através da plataforma Teams do IEFP, IP. No total a formação abrangeu trinta formandos, dos quais vinte e seis concluíram e obtiveram os certificados de qualificações.
- Boas práticas em segurança e saúde no trabalho, higiene alimentar e nutrição, dinamizada pela empresa fornecedora GERTAL presencialmente em Albufeira. A formação foi frequentada por treze colaboradores, que receberam declarações de participação.

NX &

Considerações sobre a actividade desenvolvida

Os Serviços de Formação investem na consolidação da prestação de serviços ao longo do ano, através da oferta de propostas de formação contínua à medida das necessidades e interesses dos clientes, privilegiando-se a formação laboral obrigatória, que contribui para potenciar as competências e qualificações do potencial humano das empresas e instituições. Para este objectivo, contribuiu a divulgação constante, junto de entidades e da rede de parceiros.

No que se refere à formação financiada, a FASL mantém forte intervenção na qualificação dos activos empregados, sendo a entidade formadora convidada pelas diversas entidades para o desenvolvimento de projectos de formação dos seus colaboradores, destacando-se a Medida Cheque Formação. A qualidade formativa da Fundação é amplamente reconhecida pelo IEFP, IP, sendo-lhe aprovados na íntegra os projectos apresentados no âmbito das medidas activas formação profissional, de melhoria das qualificações profissionais, combate ao desemprego e emprego precário. A actividade desenvolvida pela Fundação ao longo dos anos, na qualidade de EFE – Entidade Formadora Externa nas diversas medidas e programas de formação, tem merecido o reconhecimento pelo IEFP, IP, não só no Algarve mas também a nível nacional.

Verifica-se alguma dificuldade na divulgação de formação dirigida ao público em geral, nomeadamente na formação de formadores e na formação e-learning, por não conseguir uma metodologia eficaz de marketing, nomeadamente digital, essencial para chegar ao público geral a nível nacional.

Na análise global dos resultados da actividade em 2023, pode concluir-se que os Serviços de Formação conseguiram concretizar os projectos transitados do ano anterior e iniciar novos, nas diversas modalidades e medidas. Verificou-se um índice de satisfação muito positivo de todos os intervenientes, formandos, formadores e entidades envolvidas, que reforçam a qualidade técnica dos Serviços de Formação e da Fundação António Silva Leal enquanto entidade formadora certificada.

NX/4

REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO

LAR "QUINTA DO OITÃO" -----



A Estrutura Residencial para Pessoas Idosas QUINTA DO OITÃO foi cedida à Fundação, através de Acordo de Gestão celebrado em 1 de Julho de 1998 e funciona com Acordo de Cooperação com o Instituto de Solidariedade Social IP — Centro Distrital de Lisboa.

Esta ERPI é uma residência colectiva que tem como objectivo responder globalmente às necessidades do idoso que não tem possibilidade de se manter no seu meio familiar ou social em situação definitiva.

Tem capacidade e acordo para 30 pessoas, sendo 10% da sua capacidade com exclusividade de uso por parte dos serviços da Segurança Social. A ERPI destina-se a acolher pessoas idosas de ambos os sexos, temporária ou permanentemente, com idade igual ou superior a 65 anos, ou inferior desde que em situação de excepção devidamente justificada, manifestando vontade por si, ou em caso de incapacidade pelo seu responsável, de vir a residir na ERPI.

A ERPI tem como orientação clara, para o cumprimento da missão, envolvendo toda a estrutura, onde impere a qualidade, responsabilidade e respeito, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos utentes, através da humanização dos serviços e da dignidade das relações, cultivando o respeito pelo



próximo, promovendo a manutenção da funcionalidade e da autonomia, elaborando assim um plano de desenvolvimento individual e plano individual de cuidados, procurando assim a excelência.

Para uma melhor qualidade de vida dos utentes, tem várias actividades programadas ao longo do ano, as quais são acompanhadas e desenvolvidas por uma Animadora Sociocultural, promovendo e estimulando capacidades físicas, mentais e cognitivas, concentração e memória, e respeitando sempre os tempos e as vontades dos utentes.

As actividades desenvolvidas podem ser individuais ou em grupo, no interior ou exterior da Instituição, contando ainda com parcerias com Instituições locais.

Importa salientar três das actividades exteriores, com um elevado número de participantes: o Campeonato de *Bowling* (inter-Instituições), os cantos corais promovidos pela Acção Social da Câmara Municipal de Sintra e os almoços convívio, com outras Instituições de Solidariedade Social.

No interior da Instituição, regista-se uma maior adesão por parte da população feminina, pois o *Atelier* de costura e pintura tem preenchido os dias de algumas utentes. Estes trabalhos são expostos, para que os visitantes possam vê-los.

Releva-se que a satisfação/motivação demostrada pelos utentes tem sido muito significativa, falando-se da oração semanal e da missa mensal, celebrada dentro da Instituição pelo Sr. Padre da Paróquia de São Pedro e a Oração celebrada pela Congregação das Irmãs Doroteias do Linhó, que tanto conforto espiritual tem trazido aos utentes.

Importa referir a importante obra que a Fundação fez neste Equipamento, nomeadamente a colocação de uma nova cobertura em todo o edifício, bem como a reparação das paredes do edifício e a pintura das janelas e portadas, a qual teve a duração de seis meses.





A gestão da Creche ALGODÃO DOCE foi cedida à Fundação António Silva Leal pela Câmara Municipal de Lisboa, em 2013, através do Programa de Desenvolvimento de Creches em Lisboa — B.a.Bá, cujo principal objectivo é o de dotar a cidade de Lisboa com uma rede de creches. Este espaço destina-se a receber crianças com idades compreendidas entre os 4 e os 36 meses, com a capacidade total de 88 crianças.

A resposta social da Creche Algodão Doce é composta por:

- 2 Salas de Berçário com capacidade de 10 crianças cada;
- 2 Salas dos 12-24 meses com capacidade de 14 crianças cada;



2 Salas dos 24-36 meses - com capacidade de 20 crianças cada.

A Creche Algodão Doce iniciou a sua actividade em Outubro de 2013 e a sua equipa pedagógica defende os seguintes objectivos: "proporcionar o atendimento individualizado de cada criança num clima de segurança afectiva e física, que contribua para o seu desenvolvimento global; colaborar estritamente com a família numa partilha de cuidados e responsabilidades em todo o processo evolutivo de cada criança; estimular o desenvolvimento global da criança no respeito pelas suas características individuais, incutindo comportamentos que favoreçam aprendizagens significativas e diferenciadas; proporcionar à criança um ambiente de estabilidade e segurança afectiva, que seja própria ao desenvolvimento global e harmonioso de todas as suas capacidades; contribuir para uma boa integração no meio físico e social envolvente, permitindo à criança oportunidade de observar e compreender o que se passa à sua volta de forma a participar de maneira mais adequada; desenvolver as capacidades de experimentação, comunicação e criatividade e incentivar a participação das famílias no processo educativo." (in Guião Técnico n.º 4, editado pela ex-DGAS, aprovado em 29.11.1996).

O Projecto Educativo intitula-se "1, 2, 3 ... Era uma vez" e situa-se no presente, relaciona-se com o passado e aponta para o futuro. Estará em vigência nos anos lectivos de 2023/2024 e 2024/2025 e tem uma dimensão temporal, é um processo contínuo, evolutivo e em permanente actualização, estando articulado com o Plano Anual de Actividades e os Projectos Pedagógicos de Sala.

"1, 2, 3 ... Era uma vez" visa uma aprendizagem activa da criança, partindo daquilo que a rodeia bem como de provocações que vão existir ao longo do ano, promovendo o desenvolvimento de todas as competências, assim como o desenvolvimento da autoconfiança, auto-estima e autonomia. A provocação é o Lema ... desafios é o Tema!

O Plano Anual de Actividades é um documento orientador da actividade pedagógica ao longo do ano lectivo, onde estão definidas algumas actividades a realizar tendo em consideração algumas efemérides e festividades significativas para as crianças. Algumas das actividades realizadas:

- Janeiro inverno; dia de reis
- Fevereiro dia do amor/amizade; carnaval
- Marco dia do pai; dia da árvore; Primavera
- Abril páscoa
- Maio -dia da mãe, dia da família
- Junho dia da criança, santos populares; verão; festa de final de ano
- Julho actividades de verão
- Setembro adaptação
- Outubro outono; dia do animal; dia da alimentação; halloween
- Novembro S. Martinho; dia do pijama
- Dezembro Natal; Festa de Natal

O Plano Anual de Actividades está intimamente ligado ao Projecto Educativo e aos Projectos Pedagógicos de Sala, que funcionam como um instrumento de gestão pedagógica, onde cada educadora define as prioridades para o desenvolvimento do grupo, de acordo com as suas necessidades e interesses. É, como não poderia deixar de ser, um documento flexível, passível de ser acrescentado ou modificado sempre que a equipa pedagógica assim o entender.

Os Projectos Pedagógicos são complementados pelas planificações mensais e semanais e respectiva avaliação, sem nunca esquecer a rotina e os tempos das actividades livres, assim como as necessidades individuais de cada criança, criando um ambiente afectuoso e seguro onde as crianças se sintam amadas, promovendo sempre o desenvolvimento da autoconfiança, auto-estima e autonomia.

Destaca-se ainda o reforço e o compromisso atingido com as actividades extracurriculares, nomeadamente, expressão musical e corporal, em parceria com as *Little Things* e ioga em parceria com a Inspira Amor.



OUTROS INDICADORES DE GESTÃO

----- GESTÃO DE UTENTES -----

No ano de 2023, à excepção do Centro de Dia N SRA VISITAÇÃO, as restantes respostas sociais funcionaram regularmente, tendo a Fundação mantido o cumprimento integral dos acordos de cooperação estabelecidos com o Instituto de Segurança Social IP.

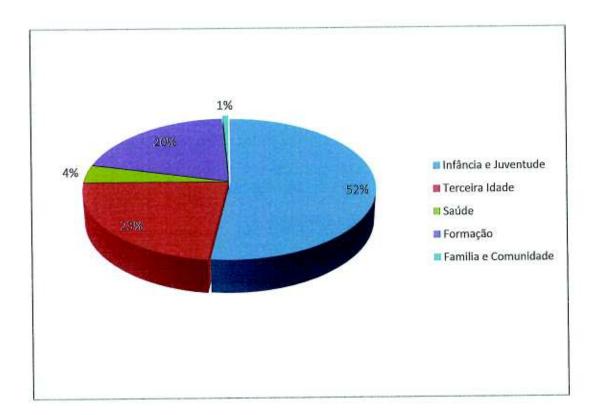
Em Outubro 2023, o Acordo de Cooperação da Creche "O Searinha" foi integrado na Fundação com a capacidade de 36 utentes.

Número de Utentes nas Respostas Sociais

RESPOSTAS SOCIAIS	C/ ACORDO	S/ ACORDO	TOTAL
INFÂNCIA E JUVENT	UDE		
Creche "O Búzio"	25	1	26
Pré-Escolar "O Búzio"	105	0	105
Creche "Os Amendoinhas"	86	26	112
Creche "Algodão Doce"	50	38	88
Creche "O Searinha"	25	11	36
TERCEIRA IDADI			
ERPI "N. Sra. Visitação"	36	8	44
Centro de Dia "N. Sra. Visitação"	19	0	12
Serviço de Apoio Domiciliário "N. Sra. Visitação"	30	0	30
ERPI "Quinta do Oitão"	30	0	30
SAÚDE			
Unidade de Longa Duração e Manutenção de Albufeira	20	0	20
FORMAÇÃO			
Serviços de Formação		1226	
FAMILIA E COMUNI	DADE		
Refeitório Social "O Búzio"	40	0	40

NX 6

Distribuição dos utentes por tipologias de resposta





1-CONTEXTO ECONÓMICO 2023

Em termos de conjuntura macroeconómica, assistiu-se a uma ligeira redução na tendência inflacionista que tínhamos assistido em 2022 essencialmente motivado pela guerra na Ucrânia, o que causou uma pressão enorme sobre o preço das matérias-primas e da energia a nível global. Em Portugal, o IPC – Índice de Preços no Consumidor registou uma variação média anual de 5,3%, quando em 2022 tinha registado 8,1%, a mais elevada desde 1992.

A economia portuguesa evidenciou um crescimento económico na ordem dos 2,3%, em contraponto com o crescimento do ano anterior que atingiu 6,8%, o mais elevado desde 1987, o que se deveu essencialmente à reduzida performance económica verificada em 2020 e 2021 motivada pela pandemia COVid-19. Contudo, se analisarmos a performance económica pro trimestre, importa estarmos alertas dado que no terceiro trimestre verificou-se uma contracção de 0,2%, embora no último trimestre de 2023 tenhamos conseguido compensar com um crescimento de 0,8%. No que concerne ao mercado de trabalho, a taxa de desemprego situou-se nos 6,5%, o que corresponde a um aumento de 0,5pp. face ao ano anterior.

No que respeita ao sector social, para além do impacto dos aumentos da generalidade dos gastos, nomeadamente e sobretudo com a energia, releva-se o efeito da actualização de tabelas salariais dos contratos de contratação colectiva e o aumento da Retribuição Mínima Mensal Garantida, que pressionam fortemente os gastos com pessoal, sem a devida compensação financeira, o que explica as dificuldades de gestão com que as instituições do Terceiro Sector, na sua generalidade, têm-se deparado.

Tendo presente que estas instituições caracterizam-se por uma estrutura de gastos fortemente alicerçada nos seus Recursos Humanos, compreender-se-á ser imprescindível e fundamental a aposta forte numa rigorosa gestão e políticas estratégicas que lhes permitam minimizar a sua dependência face ao Sector Público e, assim, conseguirem manter a necessária e obrigatória sustentabilidade económico-financeira, garantindo desta forma a sua continuidade em proveito do bem-estar daqueles que recorrem aos seus serviços, para a qual uma gestão profissionalizada e altamente especializada fará toda a diferença no sucesso institucional.

Será este o desafio nos próximos anos, uma aposta na qualidade e rigor dos seus activos humanos, baseada na qualificação da estrutura de gestão, multidisciplinar e polivalente, de forma a adequar e a flexibilizar a sua actividade e organização, permitindo dar uma resposta cada vez mais positiva às sucessivas alterações no contexto económico e sociopolítico.

2-ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-

N\$ &

A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI)

A adopção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social) para este normativo é 1 de Janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adopção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

O presente relatório é feito tendo por base os normativos anteriormente referidos.

2.1-DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Neste ano, registou-se uma deterioração do resultado líquido do exercício, essencialmente motivado pelo aumento de mais de 11% na rúbrica "Gastos com o Pessoal", a qual não teve a devida compensação do lado da receita.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Descrição		2023		2022		Variação	%
/endas e servicos prestados		4 237 520,50 €		3 818 510,47 €		419 010,03 €	10,97%
Subsídios, doações e legados à exploração		313 623,42 €		401 826,25 €		88 202,83 €	-21,95%
/ariação nos inventários da produção		- €		- €		- €	0,00%
rabalhos para a própria entidade		- €		- €		- €	0,00%
(C.FOCONTO) CONTONO CO	+	117 514,82 €	-	143 255,97 €	-	25 741,15 €	-17,97%
ornecimentos e servicos externos	+::	1 220 988,56 €	-	1 143 627,49 €		77 361,07 €	6,76%
Gastos com o pessoal		3 242 657,41 €	-	2 905 549,05 €		337 108,36 €	11,60%
Justamentos de inventários (perdas/reversões)		- €		- €		- €	0,00%
mparidade de dividas a receber (perdas/reversões)	-	3 586,25 €	-	21 124,65 €		17 538,40 €	-83,02%
Provisões (aumentos/reduções)		- €		- €		- €	0,009
Provisões específicas (aumentos/reduções)		- €		- €		- €	0,00%
Outras imparidades (perdas/reversões)		- €		- €		- €	0,009
Aumentos/reduções de justo valor		- €	+	2 175,03 €		2 175,03 €	0,009
Outros rendimentos e ganhos		59 134,32 €		171 834,02 €	-	112 699,70 €	-65,599
Outros gastos e perdas	*	5 373,39 €	-	4 832,84 €		540,55 €	-11,189
Resultado antes de depreclações, gastos de	,		r	174 605 74 6		151 447,90 €	-88,25
inanciamento de impostos (EBITDA)		20 157,81 €		171 003,71 €	•	131 447,30 €	-00,20
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		118 129,27 €		130 667,95 €	+	12 538,68 €	-9,60°
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		97 971,46 €		40 937,76 €		138 909,22 €	-339,325
luros e rendimentos similares obtidos		- €		- €		- €	n.a
Juros e gastos similares suportados	-	64 053,26 €	2	38 348,31 €		25 704,95 €	67,039
Resultados antes de impostos	*	162 024,72 €		2 589,45 €	7	164 614,17 €	-6357,11
Imposto sobre o rendimento do período		. €		. €		. €	0,00
Resultado líquido do período	-	162 024,72 €		2 589,45 €	-	164 614,17 €	-6357,11



Releva-se ainda o aumento nas Prestações de Serviços, em quase 420.000€, o que demonstra a capacidade da actividade operacional, bem assim como o aumento dos Fornecimentos e serviços externos, na ordem dos 6,7%.

Ainda que estejamos perante resultados negativos, importa relevar o EBITDA¹ de 20.157,81EUR, o que representa um decréscimo substancial face ao ano anterior.

No que respeita à estrutura dos gastos, a situação é a seguinte:

EVOLUÇÃO DOS GASTOS

Gastos	2023	2022	Variação
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	2,46%	3,26%	-0,80%
Fornecimentos e Serviços Externos	25,58%	26,05%	-0,47%
Gastos com Pessoal	67,95%	66,19%	1,76%
Depreciações e Amortizações	2,48%	2,98%	-0,50%
Perdas por Imparidade	0,08%	0,53%	-0,46%
Outros Gastos e Perdas	0,11%	0,11%	0,00%
Juros e Gastos Similares Suportados	1,34%	0,87%	0,47%

Como se pode verificar no quadro anterior, os "Fornecimentos e Serviços Externos" e os "Gastos com Pessoal" continuam a representar 93,53% do total dos gastos, devendo ser nestas rúbricas que a Fundação deverá incidir a sua rigorosa gestão.

Não houve alterações relevantes na estrutura de gastos, salientando apenas que os "Gastos com Pessoal" correspondem a 67,95% do total de rendimentos, abaixo do limite definido na Lei-Quadro das Fundações.

2.2 – BALANÇO E ANÁLISE DE RÁCIOS

2.2.1-BALANÇO

Analisar-se-á o Balanço no período findo em 31 de Dezembro de 2023, sendo efectuadas considerações apenas às rúbricas do Balanço que apresentarem alterações mais significativas e que se mostrem relevante para o melhor entendimento do período em análise.

74 %

¹ EBITDA – Resultado antes de Impostos, Depreciações e Amortizações ou, na designação anglosaxónica, Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization

2.2.1.1-Activo

O Activo fixou-se em 3.978.432,38EUR tendo em 2022 correspondido a 3.741.095,48EUR, o que representa um aumento de 6,3%.

2.2.1.1.1- Activo Não Corrente

2.2.1.1.1.1- Activos Fixos Tangíveis

O Activo Fixo Tangível registou um aumento de 2022 para 2023 de 651.060,86EUR, ainda que as depreciações do exercício tenham sido de 118.129,27EUR, resultante essencialmente da incorporação do património da Incorporação do património da Associação de Pais do Jardim de Infância Seara Nova.

2.2.1.1.1.2- Investimentos Financeiros

Nesta rúbrica registou-se um aumento de 6.905,16EUR, o qual resulta na sua maioria da aplicação do Método de Equivalência Patrimonial (MEP)² referente à sociedade participada FUTURALFABETO LDA detida a 100% pela Fundação e que registou um resultado líquido de 7.689,71EUR.

2.2.1.1.2-Activo corrente

Destaca-se aqui uma diminuição correspondente a 419,623,48EUR, sobretudo devido à rúbrica Caixa e Depósitos Bancários que registou uma redução de 454.567,87EUR.

2.2.1.2-Fundos Patrimoniais

O aumento registado nos fundos patrimoniais de 146.972,44EUR está relacionado essencialmente com a incorporação do património da Associação de Pais do Jardim de Infância Seara Nova, em contraponto com o resultado negativo e o reconhecimento de subsídios ao investimento na proporção do valor financiado e depreciável dos respectivos activos.

2.2.1.3-Passivo

O Passivo regista em 2023 um aumento na ordem dos 3,8%, correspondente a 90.364,46EUR, essencialmente ao aumento na rúbrica Fornecedores. De referir que o valor inscrito na rubrica Estado e outros entes públicos foi liquidado em Janeiro de 2024.

2.2.2-ANÁLISE DE RÁCIOS

Um dos mecanismos mais utilizados para análise da estrutura e comportamento financeiro de qualquer organização, pública ou privada, com fins ou não lucrativos, consiste na construção e interpretação de alguns rácios a partir dos dados do Balanço e da Demonstração de Resultados por Natureza.

Desta forma, os rácios de rendibilidade, ao reflectirem a capacidade que a Instituição tem em gerar resultados, são por vezes considerados como indicadores não essenciais para uma organização deste tipo, em que o objectivo primordial é a prestação de serviços de natureza social, sem quaisquer intuitos lucrativos. Como é óbvio, não sendo esse o principal objectivo, também não pode ser descurada a

NA &

² De acordo com a Norma Contabilística de Relato Financeiro (NCRF) 13, §§ 57 a 63

obtenção de resultados positivos, sem os quais será colocada em risco a sustentabilidade, apoiada em investimentos fundamentais para a inovação e melhoria contínua da qualidade de serviço prestado aos utentes/clientes.

Assim, analisar-se-ão dois tipos de rácios:

- Rácios de Rendibilidade
- Rácios de Endividamento

2.2.2.1 Rendibilidade

O Valor Acrescentado Bruto (Vendas + Prestações de Serviços – Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas – Fornecimentos e Serviços Externos – Impostos Indirectos) regista um aumento de 9,49%, bem assim como o *Cash Flow* evidencia uma redução de 88,25%.

Valo	or Acrescent	ado Bruto	o	
	Anos		Variação)
DESCRIÇÃO	2023	2022	Valor	%
Cash Flow	20 157,81€	171 605,71€	-151 447,90 €	-88,25%
VAB	3 211 288,04€	2 933 021,42€	278 266,62 €	9,49%
N.º Trabalhadores	172	172	0	0,00%
VAB / TRABALHADOR	18 670,28€	17 052,45€	1 617,83 €	9,49%

Ao se calcular o rácio do VAB/N.º trabalhadores, verifica-se uma redução de 9,49%.

2.2.2.2-Endividamento

A análise do endividamento mostra-se igualmente importante, dado reflectir a relação entre o Passivo e o Activo.

PESCRICÃO	An	os	Variação
DESCRIÇÃO	2023	2022	Tunayao
Passivo / Activo	61,64%	63,13%	-1,49%
Estrutura de Endividamento	60,11%	54,04%	6,07%

O rácio da estrutura de endividamento revela-nos o peso do Passivo Corrente, constatando-se que em 2023 cerca de 60,11% das dívidas eram correntes e os restantes 39,89% não correntes.

Considera-se estarmos perante uma estrutura de endividamento equilibrada, pese embora não seja de descurar a racionalização e optimização da actividade operacional, prevenindo desta forma a existência ou surgimento de novos contingentes que possam originar desequilíbrios a longo prazo.

Not be

3-AFECTAÇÃO DE RESULTADOS

Relativamente ao Resultado Líquido obtido no exercício de 2023 no valor de -162.024,72EUR (cento e sessenta e dois mil, vinte e quatro euros e setenta e dois cêntimos), propõe-se que o mesmo seja transferido para resultados transitados no ano seguinte.

O Conselho Executivo

Jucipharroadi Opirerason.

Lisboa, 19 de Abril de 2024



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Período findo em 31 de Dezembro de 2023

BALANÇO

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA

MAPA DE FLUXOS DE CAIXA

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES AOS FUNDOS PATRIMONIAIS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ACTA DE DELIBERAÇÃO DO CONSELHO EXECUTIVO

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

PARECER DO CONSELHO FISCAL

ACTA DE DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

NH &

FUNDAÇÃO ANTÓNIO SILVA LEAL BALANCO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Contribuinte: 502904879 Moeda: (Valores em Euros)

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	- i	DATA	
RÚBRICAS	NOTAS	31 DEZ 2023	31 DEZ 2022
ACTIVO			
Activo não corrente	*****	1.985.312,65	1.334.251,79
Activos fixos tangiveis	3.2.1;4;8	0,00	0,00
Bens do património histórico e artístico e cultural	22469	62.761,26	63.766,90
Activos intangíveis	3.2.4;5;8	239.876,77	232.971,61
nvestimentos financeiros	3.2.5; 16.1; 3.2.7;16.2;	0,00	0,00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	3,2,7,10,2,	0,00	0,00
Outros créditos e ativos não correntes		2.287.950,68	1.630,990,30
Activo corrente			2 242 92
Inventários	3.2.6;7;	0,00	3.342,82
Créditos a receber	1.7;3.2.11;3.3;16	1.391.951,94	1,359,918,53
Estado e outros entes públicos	16.9;	20.139,17	8.111,56
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	16.2;	0,00	0,00 28,808,97
Diferimentos	3.2.7;16.4;	27.725,51	16,999,75
Outros activos correntes	16.5;	12.309,40	692.923,55
Caixa e depósitos bancários	3,2,7;16,6;	238.355,68 1.690.481,70	2.110.105,18
		3.978.432,38	3.741.095,48
ptal do ativo FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO		3.570.132050	
		1	
Fundos patrimoniais	3.2.8;16.7;	24.939,89	24.939,89
Fundos Excedentes técnicos	G36C3W3356C)	0,00	0,00
Reservas	3,2.8;16.7;	84.660,86	84,660,86
Resultados transitados	3.2.8;16.7;	985.358,80	1.158.714,13
Excedentes de revalorização	10 00 1	0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	3.2.8;16.7;	593.246,68	108.304,74
Ajustanicitos / Ottinus ranagasa nas ranagas		1.688.206,23	1.376.619,62
Resultado líquido do período	16,7	-162.024,72	2.589,4
Total dos fundos patrimoniais		1.526.181,51	1.379.209,0
Passivo			
Passivo não corrente		0,00	0,0
Provisões	1 1	0,00	0,0
Provisões específicas	3.2.10;6;	978.105,06	1.085.471,4
Financiamentos obtidos	5.2.10,0,	0,00	0,0
Outras dívidas a pagar		978.105,06	1.085.471,4
assivo corrente			/ (2000/03/4/10)
Fornecedores	3.2.7;16.8;	252.942,23	167.829,0
Estado e outros entes públicos	3,2,11;16.9;	147.582,50	72.789,9
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	16.2;	0,00	0,0
Financiamentos obtidos	3.2.10;6;	258.312,66	208.262,6
Diferimentos	3.2.10;16.4;	4.519,38	79.500,5
Outros passivos correntes	3,2,7;16,10;	810.789,04	748.032,7
(Basing seeks)		1.474.145,81	1.276.414,9
Total do passivo		2,452,250,87	2.361.886,4
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		3.978.432,38	3.741.095,4

Contabilista Certificado

tan L

Conselho Executivo

INGMORRAGINEDES -P.

FUNDAÇÃO ANTÓNIO SILVA LEAL DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Contribuinte: 502904879

Moeda: EUROS

		PERÍODO	S
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2023	2022
Vendas e serviços prestados	8;	4.237.520,50	3.818.510,47
Subsídios, doações e legados à exploração	10;16.11	313.623,42	401.826,25
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7;8;	-117.514,82	-143.255,97
Fornecimentos e serviços externos	8;16.12	-1.220.900,62	-1.143.627,49
Gastos com o pessoal	8;12;	-3.242.657,41	-2.905.549,05
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	8	-3.586,25	-21.124,65
Provisões (aumentos/reduções)	9;	0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)	3.2.9;	0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	-2.175,03
Outros rendimentos	8;16.13	59.134,32	171.834,02
Outros gastos	8;16.14	-5.373,39	-4.832,84
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		20.245,75	171.605,7
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4;5;8;	-118.217,21	-130.667,9
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-97.971,46	40,937,7
Juros e rendimentos similares obtidos	8;16.15	0,00	0,0
Gastos e perdas de financiamento	3.2.10;6;8	-64.053,26	-38.348,3
Resultados antes de impostos		-162.024,72	2.589,4
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,0
Resultado líquido do período	-	-162.024,72	2.589,4

Contabilista Certificado

Conselho Executivo

Tan L

TAGMOVIO DE O LEOSED.

8 882,55 € 8 882,55 € Total dos Fundos Patrimonisis 1 385 502 28 € 2 589,45 € 6 293,21 € - € 1379 209,07 € EUROS minorităries 8 882.88 € 8 882.66 € 1 379 209,07 € 6 293.21 € 1 385 502,28 € 2 589,45 € Total Moeda 8 882,66 € 18 627,26 € 2 589,45 € 16 037,81 € 2 589,45 € Resultado Liquido do período 18 627,26 € 18 627,26 € Fundos Patrimoniais atribuídos aos Instituídores da entidade-mãe Dutras Variações nos Fundos Patrimoniais 117 187,40 € 108 304,74 E Excedentes de Revalorização ¥ Ajustamentos em activos financeiros - € 84 860,85 € 1.140 086,87 € 18 627,26 € 84 860,86 € 1 158 714,13 € 18 627,28 € Resultados Transitados Reservas ¥, 24 939,89 € 24 939,89 € Fundos 3.28,16.7, 328:16.7; 3.28,16.7. 328:16.7; Notas 60 11=6+7+8+10 8+2+6 0 ALTERAÇÕES NO PERIODO
Primeira adopções NO PERIODO
Primeira adopções no referencial contabilistico
Alteração de politicas contabiliaties
Alteração de politicas contabiliaties
Resitzação de excedentes de revalorização en activos fixos tangiveis e intangíveis
Alteração de excedentes de revalorização de activos fixos langiveis e respetivas
Alteração de Resultado Liquido
Outras alterações reconhecidas nas fundos patrimorisis FUNDAÇÃO ANTÔNIO SILVA LEAL DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS EM 2022 OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO DESCRIÇÃO POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERIODO 2022 POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2022 RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO Fundos Subsidios, doações e legados Outras operações RESULTADO EXTENSIVO

502904879

Contribuinte :

IIO SILVA LEAL	LTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS EM 2023.
FUNDACÃO ANTÓNIO	DEMONSTRAÇÃO DAS ALTI

502904879

Contribuinte :

Moeda

EUROS

						Fundos	Patrimoniais a	tribuidos aos	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituídores da entidade-mae	Tigade-inec			
DESCRIÇÃO		Notas	Fundos	Excedentes Técnitors	Reserves	Resultados Transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de Revalorização	Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado Liquido do período	Total	Interessor	Total des Fandos Patrimoniais
0000	œ	9 9 B 18 7	9 00 000 70	9.	84 660.86 €	1 158 714,13 €	. 6	9.	108 304,74 €	2 589,45 €	1 379 209.07 €	3.	1 379 209,07 €
ALTERAÇÕES NO PERIODO Alterações No PERIODO Alterações de positicas contabilistico Alterações de positicas contabilistico Alterações de positicas contabilisticas Diferenças de conversão de demonstrações financieles Breatzações de exceletantes de revalentização de activas finançia de la exceletantes Exceletinas de revalentização de activas finançiaries e inlangiveis e intangiveis Apricação de Resultado Liquido Apricação de Resultado Liquido Outras alterações reconhecidas nas fundos patrimoniais RESULTADO LIQUIDO DO PERÍODO RESULTADO EXTENSIVO OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO FINANCIA dos generales de legados Subsidias, dos gêse e legados Subsidias, dos gêse e legados	engives serivas 7 7 8 8 8 9=7+6	32.816.7; \$2.816.7;				2 589.45 € - 175 944.79 € - 173 345.33 €	175 944.78 €		308 997.16 €	. 2589.45 € . 2589.45 € . 162.024,72 € . 164.614,17 €	308 897.16 e 308 997.16 e 162 004,72 e 146 972,44 €		909 997.16 € 308 997.16 € 162 024.72 € 145 972,44 €
Outras operações	10										. 6		
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2023	11=6+7+8+10	328,16.7;	24 939,89 €	9.	84 860,88 €	985 358,80 €	175 844,78 €	3 -	- 13	417 301,90 € - 162 024,72 €	1 526 181,51 €		1 526 181,51 €

Just H

Trayloridge Oriens La

Conselho Executivo

Contabilista Cerdificado

FUNDAÇÃO ANTÓNIO SILVA LEAL DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2023	2022
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			1.869.053,28
Recebimentos de Clientes e Utentes	3.2.7;16.3	1.817.917,15	14 (12 (12 (12 (12 (12 (12 (12 (12 (12 (12
Pagamentos de subsídios	M050	0,00	0,00
Pagamentos de apoios	3.2.7;	0,00	0,00
Pagamentos de bolsas	3.2.7;	0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores	3.2.7;	-1.312.034,27	-1.285.856,86
Pagamentos ao pessoal	3.2.7;12	-2.068.282,02	-1.889.230,27
Caixa gerada pelas operações	3.2.7;12	-1.562.399,14	-1.306.033,85
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	3.2,7;10;16.3;	122,85	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		1.558.811,72	1.341.521,59
Outros receptification pagamentos		0,00	27.471,75
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		-3.464,57	62.959,49
Fluxos de caixa das actividades de investimento	Г		
Pagamentos respeitantes a:	221.46	-164.673,45	-53.664,79
Ativos fixos tangíveis	3.2.1;4;6	0,00	0,00
Ativos intangíveis	3.2.4;	0,00	0,00
Investimentos financeiros	1	VICTOR I	0,00
Outros ativos	1	0,00	0,00
ecebimentos provenientes de:	I		0.00
Ativos fixos tangíveis	3.2.1;	0,00	0,00
Ativos intangíveis	3.2.4;	0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos	3000	0,00	0,00
Subsídios ao investimento	10;	0,00	0,0
Juros e rendimentos similares	1	0,00	0,0
Dividendos		0,00	0,0
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-164.673,45	-53,664,79
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:		0.00	0,0
Financiamentos obtidos	3.2.10;6;	0,00	0,0
Realização de fundos		0,00	0,0
Cobertura de prejuízos	23	0,00	9990
Doações	8;	4.581,85	11.704,1
Outras operações de financiamentos	3.2.10;6	0,00	0,0
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	3.2.10;6;	-228.483,01	-162.931,6
Juros e gastos similares	3.2.10;6;	-62.528,69	-34.348,5
Dividendos	1.1	0,00	0,0
edução de fundos		0,00	0,0
Outras operações de financiamento	1	0,00	0,0
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-286,429,85	-185.576,1
Tidads de cuiva dus del lacestos es la cuiva de la cui			
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-454.567,87	-176.281,4
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,0
Caixa e seus equivalentes no ínicio do período		692.923,55	869.204,9
Caixa e seus equivalentes no fim do período		238.355,68	692.923,

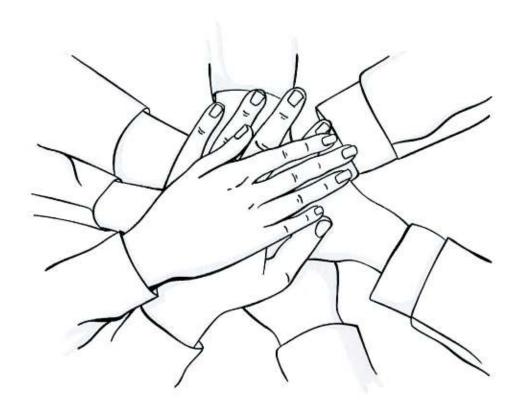
Contabilista Certificado

T = ----

Conselho Executivo

INGMOVIACOCIVERSON.





Anexo às Demonstrações Financeiras 2023

NA A

© F3M – Information Systems, SA

Índice

1	Identificação da Entidade	ŧ
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	1
3	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros: 5	5
3.1	Bases de Apresentação	5
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	5
3.3	Comparabilidade com as Demonstrações Financeiras do exercício anterior . 19	5
3.4	Incorporação do património da Associação de Pais do Jardim de Infância	a
Sear	a Nova1	6
4	Activos Fixos Tangíveis1	6
5	Activos Intangíveis1	8
6	Custos de Empréstimos Obtidos1	9
7	Inventários2	0
8	Rendimentos e Gastos2	1
9	Provisões, passivos contingentes e activos contingentes2	2
10	Subsídios e outros apoios das Entidades Públicas2	2
11	Instrumentos Financeiros2	3
12	Benefícios dos empregados2	3
13	Acontecimentos após data de Balanço2	
14	Agricultura2	4
15	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	14
16	Outras Divulgações	24
16.1	Investimentos Financeiros	24
16.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	25
16.3	Créditos a receber	26
16.4	Diferimentos	26
16.5	Outros Instrumentos Financeiros	26
16.6	Caixa e Depósitos Bancários	26
16.7	7 Fundos Patrimoniais	27
16.8	3 Fornecedores	27
	9 Estado e Outros Entes Públicos	
16.	10 Outros Passivos Correntes	28
	11 Outros Passivos Financeiros	
	12 Subsídios, doações e legados à exploração	

16.13Fornecimentos e serviços externos	29
16.14Outros rendimentos e ganhos	29
16.15Outros gastos e perdas	29
16 16Resultados Financeiros	30



1 Identificação da Entidade

A "FUNDAÇÃO ANTÓNIO SILVA LEAL" é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de "Fundação" com estatutos publicados no Diário da República n.º 277/93, Série II, com sede em Rua Carlos Testa n.º 1, 4.º A , Lisboa. Tem como actividade o desenvolvimento privilegiado de actividades da Segurança Social para que possa prosseguir os seguintes objectivos:

- Promoção e participação em Projectos de Luta contra a Pobreza, visando o desenvolvimento de comunidades locais e grupos alvo;
 - Creches, Jardins de Infância e Centros de Actividades de Tempos Livres;
- Criação, Gestão e Manutenção:
 - Lares para Deficientes e Lares para Crianças e Jovens privados do meio familiar normal e outras situações de risco;
 - Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas, Centros de Dia, Serviços de Apoio Domiciliário e assistência para Idosos;
 - Colónias e Centros de Férias para Famílias, idosos, jovens e crianças;
- Prestação de Apoio a familiares de utentes, nomeadamente, no que respeita à orientação e acolhimento;
- Promoção de acções de cooperação e de troca de experiências com Instituições congéneres nacionais e Internacionais;
- Promoção de outras acções no âmbito da Segurança Social, Justiça, Educação, Habitação, Emprego, Ambiente, Saúde, Administração Local, Juventude, Cultura e Desporto;
- Promoção de actividades de Formação Profissional.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2023 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;

Mg/8

- Código de Contas (CC) Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respectivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão

My/8

devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos activos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

Informação Comparativa 3.1.6

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do exercício anterior.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

Activos Fixos Tangíveis 3.2.1

Os "Activos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra,

quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os activos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de serem utilizados, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	n.a.
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento biológico	n.a.
Equipamento administrativo	6
Outros Activos fixos tangíveis	n.a.

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada activo, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

3.2.2 Bens do património histórico e cultural

A Entidade não possui Bens do património histórico e cultural.

-N 2/8

3.2.3 Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes activos não se destinam à produção de bens ou aos fornecimentos de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da actividade corrente dos negócios.

As "Propriedades de Investimento" são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efectuada por Entidade especializada independente. São reconhecidas directamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica "Aumentos/reduções de justo valor", as variações no justo valor das propriedades de investimento.

Só após o início da utilização dos activos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica "Propriedades de investimento em desenvolvimento" até à conclusão da construção ou promoção do activo.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como "Variação de valor das propriedades de investimento", que tem reflexo directo na Demonstração dos Resultados.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respectivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

3.2.4 Activos Intangíveis

Os "Activos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as "Despesas de investigação" incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização

30 N8 8

ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os activos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projectos de Desenvolvimento	n.a.
Programas de Computador	3
Propriedade industrial	n.a.
Outros Activos Intangíveis	n.a.

O valor residual de um "Activo Intangível" com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, excepto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o activo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado activo para este activo, ou
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.5 Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os "Investimentos Financeiros" são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efectuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um Goodwill, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um Badwill (ou Negative Goodwill) quando a diferença seja negativa. O Goodwill encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo

necessário, na data de Balanço, efectuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo, é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do Goodwill, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos activos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida directamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do Goodwill relativo a essa Entidade, excepto quando o negócio a que esse Goodwill está afecto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 - Imparidade de Activos, o Goodwill não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

Inventários 3.2.6

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Fundação adopta como método de custeio dos inventários o FIFO (first in, first out). Aos Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra directa e gastos gerais.

Os Inventários que a Fundação detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das actividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão directamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.7 Instrumentos Financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos os "Instrumentos Financeiros" com excepção:

Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;

- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro excepto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, excepto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no activo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objectiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efectiva inicial, que será nula quando se perspectiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Activo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Activos não Correntes.

11/8/8

Outros activos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transacção só podem ser incluídos na mensuração inicial do activo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Fundação avalia todos os seus activos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objectiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Activos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Fundação ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

 $\sqrt{2}\sqrt{2}$

3.2.9 Provisões

Periodicamente, a Fundação analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objecto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Fundação reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Fundação reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam reflectir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Activos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.10 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os "Empréstimo Obtidos" encontram-se registados no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da "Substância sobre a forma", isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

8 KN

Os Activos Fixos Tangíveis que se encontram na Fundação por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respectivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos directos iniciais são acrescidos ao valor do activo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o activo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos".

3.2.11 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC):

- a) "As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

"A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das actividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

a) Exercício efectivo, a título exclusivo ou predominante, de actividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;

NS 8

- Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do b) rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao director geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse directo ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das actividades económicas por elas prosseguidas."

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Fundação dos anos de 2014 a 2023 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.3 Comparabilidade com as Demonstrações Financeiras do exercício anterior

Na sequência da publicação da faq 39 que se transcreve em seguida, aprovada pelo CNCE - Comité de Normalização Contabilística Empresarial em 24 de Novembro de 2023, foi necessário proceder à reclassificação das demonstrações financeiras de 2022, nomeadamente no que concerne às prestações de serviços (72) e subsídios e Outros Apoios de Entidades Públicas.

» Pergunta 39: Qual o enquadramento das verbas provenientes dos Acordos de Cooperação entre o Estado e entidades do setor não lucrativo, para fazer face a respostas sociais?

Resposta: Relativamente ao enquadramento das verbas provenientes dos Acordos de Cooperação entre o Estado e entidades do setor não lucrativo, para fazer face a respostas sociais, considera a CNC que:

- a) Se o pagamento da comparticipação mensal por parte do Estado para determinada resposta social estiver dependente da variação de frequências dos utentes, e for atribuída como apoio ao pagamento da mensalidade devida pelo utente (acordos típicos), está-se perante uma prestação de serviços (Conta 72), devendo a entidade proceder à apropriada divulgação no Anexo da decomposição da origem dos réditos;
- b) Se o pagamento da comparticipação mensal por parte do Estado para determinada resposta social ocorrer independentemente da variação de frequências dos utentes, sendo atribuída tendo em vista suportar os custos de funcionamento (acordos atípicos), está-se perante um subsídio à exploração (Conta 75).

(Aprovado pelo CNCE em 24 de novembro de 2023)



Descrição	2022	2022 reclassificado
Vendas e Prestações de Serviços	2.076.328,50	3.818.510,47
Matrículas e Mensalidades de Útentes	1.955.629,35	1.955.629,35
Jólas e actividades didácticas	78.026,75	78.026,75
Comparticipações ISS IP	0,00	1.742.181,97
Descontos e abatimentos	-27.436,60	-27.436,60
Outras prestações de serviços	70.109,00	70.109,00
Subsídios e legados à exploração	2.144.008,22	401.826,25

3.4 Incorporação do património da Associação de Pais do Jardim de Infância Seara Nova

Em 19 de Dezembro de 2023, foi reconhecido pela Direcção Geral de Segurança Social o registo da atribuição e aceitação de bens da Associação de Pais do Jardim de Infância Seara Nova, com sede na Rua de Jesus, n.º 14, em Beringel — Beja, pela Fundação António Silva Leal, tendo-se procedido à respectiva incorporação do património.

4 Activos Fixos Tangíveis

Bens do domínio público

A Fundação não possui no seu activo Bens do domínio público.

Bens do património histórico, artístico e cultural

A Fundação não possui no seu activo Bens do património, histórico e cultural.

Outros Activos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2022 e de 2023, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	2022							
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferênci as	Revalorizaçõ es	Saldo final		
Custo		T 3%						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	32.634,17		32.634,17		
Edifícios e outras construções	1.571.450,67	3,101,02	0,00	111.300,31		1.685.852,00		
Equipamento básico	788.566,75	19.990,99	770,00			807.787,74		
Equipamento de transporte	367.124,65	0,00	0,00			367.124,65		
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00			0,00		
Equipamento administrativo	484.939,91	6.828,37	1.178,25			490.590,03		
Outros Activos fixos	3.989,33	0,00	0,00			3.989,33		

FUNDAÇÃO ANTÓNIO SILVA LEAL Rua Carlos Testa n.º 1, 4.º A | 1050-046 LISBOA

NIF:502904879 - Publicação em Diário da República

F3M – Information Systems, A

tangíveis						
Total	3.216.071,31	29.920,38	1.948,25	143.934,48	0,00	3.387.977,92
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00			0,00
Edifícios e outras construções	694.060,40	41.035,60	0,00	· ·		735.095,70
Equipamento básico	727.835,51	28.945,23	0,00			756.010,74
Equipamento de transporte	176.052,43	51.673,74	0,00			227.726,17
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00			0,00
Equipamento administrativo	467.987,92	7.221,01	1.178,25			474,030,68
Outros Activos fixos tangíveis	3.686,96	60,48	0,00			3.747,44
Total	2.109.623,22	128.935,76	1.178,25	0,00	0,00	2.196.610,73
Investimentos em Curso					- 0X	142.884,60
Activos Fixos Tangíveis Líquido						1.334.251,79

	2023							
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferênci as	Revalorizaçõ es	Saldo final		
Custo								
Terrenos e recursos naturais	32.634,17	0,00	0,00	9,000,00		41,634,17		
Edifícios e outras construções	1.685.852,00	89.427,56	0,00	783.305,81		2,558,585,37		
Equipamento básico	807.787,74	55.527,42	0,00	43.298,74		906.613,90		
Equipamento de transporte	367.124,65	35.559,89	0,00	0,00		402.684,54		
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00			0,00		
Equipamento administrativo	490.590,03	5.099,60	1.089,70	0,00		494.599,93		
Outros Activos fixos tangíveis	3,989,33	427,47	0,00	0,00		4.416,80		
Total	3.387.977,92	441.308,83	1.089,70	571.337,66	0,00	4.408.534,71		
Depreciações acumuladas				(0				
errenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00			0,00		
Edifícios e outras construções	735.095,70	36.700,64	0,00	220.968,14		992.764,48		
Equipamento básico	756,010,74	15.985,99	0,00	43.298,74		815.295,47		
Equipamento de transporte	227.726,17	57,619,82	0,00	0,00		285,345,99		
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00			0,00		
Equipamento administrativo	474.030,68	5.973,70	1.089,70	0,00		478.914,68		
Outros Activos fixos tangíveis	3.747,44	145,45	0,00	0,00		3,892,89		
Total	2.196.610,73	116.425,60	1.089,70	276.474,86	0,00	2.576.213,51		
Investimentos em Curso						152.991,45		
Activos Fixos Tangíveis Líquido						1.985.312,65		



Investimentos em Curso	Valor Escriturado
Projecto Requalificação Colónia de Férias O BÚZIO	68,661,61
Projecto Requalificação ERPI NS VISITAÇÃO	15.529,20
Projecto ULDM NS VISITAÇÃO	68.661,61
Projecto Centro Infantil O Búzio – Sala Multi- Usos	1.215,35
Projecto CAES Albufeira	3.898,28
Bens de Herança	0,00
Apartamento Albufeira II	0,00
Total	152.991,45

Dos Activos Fixos Tangíveis, encontram-se dados como garantia de passivo três imóveis, todos situados em Faro: o imóvel da Creche MALTA PEQUENA, o imóvel onde é desenvolvida a actividade da Casa Abrigo Masculina PROTECÇÃO PARA TODOS e os escritórios onde se encontram instalados os Serviços Financeiros e de Formação, o que totaliza uma garantia de 995.000€.

Os valores inscritos em 2023 na coluna das transferências correspondem à incorporação do património da extinta Associação de Pais do Jardim de Infância Seara Nova resultante da operação descrita no ponto 3.4.

Propriedades de Investimento

A Fundação não possui no seu activo propriedades de investimento.

5 Activos Intangíveis

Bens do domínio público

A Fundação não possui Activos Intangíveis do domínio público.

Outros Activos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2022 e de 2023, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

		20	22			
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferênci as	Revalorizaçõ es	Saldo final
Custo						
Goodwill	0,00				L N	0,00
Projectos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de	58.590,45					58.590,45

FUNDAÇÃO ANTÓNIO SILVA LEAL Rua Carlos Testa n.º 1, 4.º A | 1050-046 LISBOA NIF:502904879 - Publicação em Diário da República



Computador						
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Activos intangíveis	75.820,00					75.820,00
Total	134.410,45	0,00	0,00	0,00	0,00	134.410,45
Depreciações acumuladas	0.5			27		
Goodwill	0,00					0,00
Projectos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	56.657,78	966,33			7	57.624,11
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Activos intangíveis	12.253,58	765,86				13.019,44
Total	68.911,36	1.732,19	0,00	0,00	0,00	70.643,55
Activos Fixos Intangíveis					- 1	63.766,90

	2023									
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferênci as	Revalorizaçõ es	Saldo final				
Custo				V						
Goodwill	0,00					0,00				
Projectos de Desenvolvimento	0,00					0,00				
Programas de Computador	58,590,45	785,97	0,00	0,00		59.376,42				
Propriedade Industrial	0,00					0,00				
Outros Activos intangíveis	75.820,00	0,00	0,00			75.820,00				
Total	134.410,45	785,97	0,00	0,00	0,00	135.196,42				
Depreciações acum	uladas									
Goodwill	0,00					0,00				
Projectos de Desenvolvimento	0,00					0,00				
Programas de Computador	57.624,11	1.025,75	0,00			58.649,86				
Propriedade Industrial	0,00					0,00				
Outros Activos intangíveis	13.019,44	765,86	0,00			13.785,30				
Total	70.643,55	1.791,61	0,00	0,00	0,00	72.435,16				
Activos Fixos Intangíveis Líquido						62.761,26				

6 Custos de Empréstimos Obtidos

Encontram-se a decorrer 5 contratos de locações financeiras associados à aquisição de 5 viaturas automóveis, contratualizadas com as instituições BMW Group Financial Services (2) e Montepio Crédito - Instituição Financeira de Crédito SA (3).

A Fundação recorreu em 2020 à moratória para contratos de crédito prevista no Decreto-Lei n.º 10-J/2020, na modalidade de capitalização dos juros vencidos.

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

FUNDAÇÃO ANTÓNIO SILVA LEAL Rua Carlos Testa n.º 1, 4.º A | 1050-046 LISBOA NIF:502904879 - Publicação em Diário da República



		2023			2022	
Descrição	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	221,268,43	910.740,94	1.132.009,37	173.561,59	981.319,79	1.154.881,38
Locações Financeiras	37.044,23	67.364,12	104.408,35	34.701,03	104.151,69	138.852,72
Descobertos Bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas caucionadas	0,00		0,00	0,00		0,00
Contas Bancárias de Factoring			0,00			0,00
Contas bancárias de letras descontadas			0,00			0,00
Outros Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	258.312,66	978.105,06	1.236.417,72	208.262,62	1.085.471,48	1.293.734,10

Na rubrica de Empréstimos Bancários, está incluído o valor em dívida referente a dois empréstimos no total de 171.062,47€ resultante da incorporação do património da extinta Associação de Pais do Jardim de Infância Seara Nova resultante da operação descrita no ponto 3.4.

7 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2022 e de 2023 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

	2022			2023			
Descrição	Inventário inicial	Compras e donativos de bens consumid os	Reclas sificaç ões e Regula rizaçõe s	Inventário final	Compras e donativos de bens consumid os	Reclassificaç ões e Regularizaçõ es	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	0,00	134.800,37	0,00	0,00	113.930,92	0,00	0,00
Material de Prevenção CoVid-19	4.197,02	7.601,40	0,00	3.342,82	3.583,90	0,00	0,00
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00	1	0,00	0,00
Total	4.197,02	142.401,77	0,00	3.342,82	117.514,82	0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				143.255,97			117.514,82
Variações nos inventários da produção	4			0,00			0,00



8 Rendimentos e Gastos

Para os períodos de 2023 e 2022 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2023	2022
Vendas e Prestações de Serviços	4.237.520,50	3.818.510,47
Matrículas e Mensalidades de Útentes	1.933.857,69	1.955.629,35
Jóias e actividades didácticas	93.095,83	78.026,75
Comparticipações ISS IP	2.143.802,52	1.742.181,97
Descontos e abatimentos	-7.950,04	-27.436,60
Outras prestações de serviços	74.714,50	70.109,00
Subsídios e legados à exploração	313.623,42	401.826,25
Juros e Rendimentos Similares	0,00	0,00
Reversões de perdas por imparidade	0,00	249,30
Ganhos por aumentos de justo valor	0,00	0,00
Outros Rendimentos	59.134,32	171.834,02
Donativos angariados	0,00	0,00
Rendimentos em subsidiárias	7.689,71	59.599,62
Rendimentos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Afectação de subsídios para investimentos e de doações de equipamentos	23.150,84	35,441,08
Outros rendimentos suplementares	28.293,77	76,793,32
Total	4.610.278,24	4.392.420,04

Para os períodos de 2023 e 2022 foram reconhecidos os seguintes Gastos:

Gastos	2023	2022
Custo das matérias consumidas	117.514,82	143.255,97
Fornecimentos e Serviços Externos	1.220.988,56	1.143.627,49
Subcontratos	411.014,35	393.049,05
Serviços Especializados	217.936,73	168.580,23
Materiais	83,562,78	60.964,23
Energia e Fluídos	133.342,57	174.947,99
Deslocações, Estadas e Transportes	15.324,73	13.780,24
Serviços Diversos	359.807,40	332.305,75
Gastos com Pessoal	3.242.657,41	2.905.549,05
Remunerações dos Órgãos Sociais	212.220,00	204.289,08
Remunerações do Pessoal	2.417.452,49	2.162.778,72
Indemnizações	5.262,50	6.087,16
Encargos sobre Remunerações	547,107,53	481.934,28
Seguros de Acidentes de Trabalho e Outros	33.932,33	28.884,56
Outros Gastos com Pessoal	26.682,56	21.575,25
Gastos de Depreciações e Amortizações	118.129,27	130.667,95
Perdas por Imparidades	3.586,25	21,373,95
Gastos de Financiamento	64.053,26	38.348,31
Juros Suportados	59.613,21	32.979,65
Outros Gastos de Financiamentos	4.440,05	5.368,66
Outros Gastos	5.373,39	4.832,84
Impostos	1.352,50	431,84
Gastos em Investimentos não Financeiros	0,00	0,00
Semanadas/Mesadas de Utentes	0,00	0,00
Outros Gastos	4.020,89	4.401,00
Total	4.772.302,96	4.387.655,56



FUNDAÇÃO ANTÓNIO SILVA LEAL Rua Carlos Testa n.º 1, 4.º A | 1050-046 LISBOA NIF:502904879 - Publicação em Diário da República

Provisões, passivos contingentes e activos contingentes

Provisões

Nos períodos de 2023 e 2022 não foram identificadas situações que resultassem na criação de provisões, nomeadamente processos contra a Fundação.

Passivos contingentes

A Fundação não detém passivos em contingente nos exercícios de 2023 e 2022.

Activos contingentes

A Fundação não detém activos em contingente nos exercícios de 2023 e 2022.

10 Subsídios e outros apoios das Entidades Públicas

A 31 de Dezembro de 2023 e 2022, a Fundação tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Estado" e "Apoios do Estado":

Descrição	2023	2022
Subsídios e outros apoios de Entidades Públ	icas	
Família e Comunidade	0,00	23,336,14
Apoios psico-sociais	0,00	23.336,14
Educação e formação	7.346,46	22.767,12
Formação Vida Activa	0,00	0,00
Bolsa de Entidades Formadoras Externas	0,00	0,00
Estágios Profissionais e outros Incentivos ao Emprego	7.346,46	22.767,12
Outros Subsídios	185,744,00	204.127,18
Autarquias	185.744,00	185.480,00
Apoios no âmbito da CoVid-19	0,00	18.647,18
Doações e Heranças	120.532,96	151.595,81
Total de Subsídios à Exploração	313.623,42	401.826,25
Subsídios ao investimento	18.279,81	27.676,17
PIDDAC/95 - Centro infantil O Búzio	2.468,11	2.468,16
PIDDAC/95 - ATL O Búzio	1,451,25	1,451,25
PIDDAC/96 - Centro Infantil O Búzio	483,75	483,75
POEFDS - Casa Abrigo	2.065,02	2065,02
PAFI/2016 - Município de Sintra - Substituição de pavimento	0,00	907,25
PAFI/2017 - Município de Sintra - Manutenção de equipamento	622,17	622,17
PAFI 2018 - Município de Sintra - Quinta do Oitão	604,17	604,17
PAFI 2019 - Município de Sintra - Quinta do Oitão	238,33	238,33
PARES - Construção Creche Malta Pequena	3.071,58	3.071,58



Total Imputação Subsídios e Doações	337.593,89	437.358,33
Equipamento básico Quinta do Oitão	0,00	44,34
Material hoteleiro Quinta do Oitão	0,00	27,89
Material médico-hospitalar Quinta do Oitão	0,00	128,78
Campanha de angariação BPI Lar N. Sra. Visitação	1.486,76	1.486,76
Direito de superfície terreno Faro Creche Malta Pequena	3.438,04	3.438,04
Direito de superfície terreno Guia Lar N. Sra. Visitação	765,86	765,86
Doações e contribuições	5.690,66	7.764,91
Mobilidade Verde – Viatura Eléctrica SAD	5.000,00	0,00
Cozinha central do Parque Social	0,00	13.889,11
Município de Faro - Construção Creche Malta Pequena	1.875,43	1.875,43

11 Instrumentos Financeiros

A Fundação não realizou operações em moeda estrangeira nos exercícios de 2023 e 2022.

12 Benefícios dos empregados

O número de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2023 e 31/12/2022 foi de 172 e 172, respectivamente.

Os gastos que a Fundação incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2023	2022
Remunerações aos Órgãos Sociais	212.220,00	204.289,08
Remunerações ao pessoal	2.417.452,49	2.162,778,72
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	5.262,50	6.087,16
Encargos sobre as Remunerações	547.107,53	481.934,28
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	33.932,33	28.884,56
Gastos de Acção Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	26.682,56	21.575,25
Total	3.242.657,41	2.905.549,05

13 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2023.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2023 foram aprovadas pelo Conselho Executivo em 19 de Abril de 2024.

le

FUNDAÇÃO ANTÓNIO SILVA LEAL Rua Carlos Testa n.º 1, 4.º A | 1050-046 LISBOA NIF:502904879 - Publicação em Diário da República

14 Agricultura

Nesta matéria, nada há a assinalar.

15 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Fundação não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Fundação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários facturados pelo Revisor Oficial de Contas, para 2023 e 2022, foram de 6.000€, acrescido de IVA à taxa normal em vigor, em cada um dos períodos.

16 Outras Divulgações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

16.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2023 e 2022, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

A Fundação criou em 2014 a sociedade FUTURALFABETO - Educação e Formação, Lda., cujo capital social de 25.000€ é integralmente detido por esta, com o objectivo de transferir o estabelecimento Instituto Desenvolvimento Social (IDS) para aquela empresa, situação que se verificou em 01 de Janeiro de 2015. Na contabilização deste Investimentos Financeiros, foi utilizado o Método de Equivalência Patrimonial (MEP), sendo que o valor inscrito corresponde ao valor do Capital Próprio daquela subsidiária, isto é, o Capital Social de 25.000€ investido acrescido do somatório dos resultados líquidos dos exercícios, o qual correspondeu em 2023 a 208.634,49€.

© F3M – Information Systems, SA

Descrição	2023	2022
Capital da Subsidiária	25.000,00	25,000,00
Capital Social	25.000,00	25.000,00
Reservas da Subsidiária	1.529,36	1.529,36
Reservas Legais	1.529,36	1.529,36
Resultados Transitados da Subsidiária	174.415,22	114.815,60
Resultados Transitados	174.415,22	114.815,60
Resultado Líquido da Subsidiária	7.689,71	59.599,62
Total do Capital Próprio da Subsidiária	200.944,78	200.944,78
Participação da Fundação no Capital da Subsidiária	100%	100%
Aplicação do MEP	208.634,49	200.944,78

O valor inscrito no item Investimentos noutras empresas corresponde a uma participação na Caixa Agricola. Relativamente aos outros investimentos financeiros, estes correspondem ao Fundo de Compensação do Trabalho e ao Fundo de Restruturação do Sector Solidário.

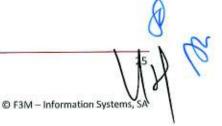
Descrição	2023	2022
Investimentos em subsidiárias	208.634,49	200.944,78
Método de Equivalência Patrimonial	208.634,49	200.944,78
Outros Métodos	0,00	0,00
Empréstimos concedidos a subsidiárias	0,00	0,00
Investimentos em associadas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos noutras empresas	500,00	500,00
Outros investimentos financeiros	30,742,28	31,526,83
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
Total	239.876,77	232.971,61

16.2

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membr

os

Em 2023 e 2022 não existiu nada a assinalar nestas rúbricas.



16.3 Créditos a receber

A rubrica "Créditos a Receber" tinha, em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, a seguinte decomposição:

Descrição	2023	2022
Clientes C/C	0,00	281,25
Utentes C/C	16.140,77	20.311,12
Clientes e Utentes de Cobrança Duvidosa	102.646,31	99.060,06
Clientes e Utentes - Perdas por Imparidade Acumuladas	-102.646,44	-99.060,19
Entidades Públicas resultante de Acordos/Protocolos	978.764,01	980.591,57
Entidades Públicas financiadores de Projectos	5.062,40	5,062,40
Poupanças de Utentes	1.573,72	891,31
Cauções de Arrendamentos e Garantias	0,00	0,00
Outros Devedores	400.170,90	362.540,74
Outras Perdas por Imparidade	-9.759,73	-9.759,73
Total	1.391.951,94	1.359.918,53

16.4 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2023	2022
Activo		
Gastos a Reconhecer	27.725,51	28.808,97
Total	27.725,51	28.808,97
Passivo		
Rendimentos a Reconhecer	4.519,38	79.500,54
Total	4,519,38	79.500,54

16.5 Outros Instrumentos Financeiros

A Fundação não deteve outros activos financeiros nos exercícios de 2023 e 2022.

16.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2023 e 2022, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2023	2022
Caixa	7.586,46	6.518,60
Depósitos à ordem	230.769,22	686.404,95
Depósitos a prazo	0,00	0,00
Outros		
Total	238.355,68	692.923,55

Realça-se que todos os valores monetários estão disponíveis para uso.

W 8 6

Do valor de Caixa e de Depósitos à ordem, 5,86€ e 330,34€ respectivamente resultam da incorporação do património da extinta Associação de Pais do Jardim de Infância Seara Nova resultante da operação descrita no ponto 3.4.

16.7 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	24.939,89	0,00	0,00	24.939,89
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	84.660,86	0,00	0,00	84.660,86
Resultados transitados	1.158.714,13	2.589,45	0,00	985.358,80
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	108.304,74	0,00	-484.941,94	593.246,68
Resultado Líquido do Exercício	2.589,45	-162.024,72	2.589,45	-162.024,72
Total	1.379.209,07	-159.435,27	-482.352,49	1.526.181,51

Nas Outras Variações nos Fundos Patrimoniais, está incluído o valor de 332.148,00€ referente à incorporação do património da extinta Associação de Pais do Jardim de Infância Seara Nova resultante da operação descrita no ponto 3.4.

16.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Fornecedores c/c	218.416,88	147.847,44
Fornecedores de Investimentos	34.525,35	19.981,60
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores facturas em recepção e conferência	0,00	
Total	252.942,23	167.829,04

Na rubrica Fornecedores está incluído o valor de 2.563,26€ resultante da incorporação do património da extinta Associação de Pais do Jardim de Infância Seara Nova resultante da operação descrita no ponto 3.4

16.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Activo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	19.960,42	7.811,56
Retenções na fonte IRS/IRC	178,75	300,00
Segurança Social	0,00	0,00
Caixa Geral de Aposentações	0,00	0,00
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00

FUNDAÇÃO ANTÓNIO SILVA LEAL Rua Carlos Testa n.º 1, 4.º A | 1050-046 LISBOA

NIF:502904879 - Publicação em Diário da República

W 8

Total	20.139,17	8.111,56
Passivo		1/15
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Retenções na fonte IRS/IRC	32.601,81	18,208,90
Segurança Social	114.980,69	54.581,06
Caixa Geral de Aposentações	0,00	0,00
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	147.582,50	72.789,96

Os valores que constam no Passivo relativo a Retenções na Fonte (IRS/IRC) e Segurança Social correspondem a montantes liquidados em Janeiro de 2024.

16.10 Outros Passivos Correntes

A rubrica "Outros Passivos Correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2023		2022	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal - Remunerações a pagar		7.908,17		1.418,57
Adiantamentos de Clientes/Utentes		22.280,13		23.793,73
Entidades Públicas relacionadas com Acordos/Protocolos		6.196,61		612,64
Entidades Públicas Financiadoras de Projectos		20.980,00		14.830,00
Prestadores de serviços		3.291,13		1,606,88
Poupanças e cauções de utentes		133.243,10		126.818,71
Outros Credores		202,330,36		194.190,00
Remunerações a liquidar		405,666,52		376,075,48
Outros Credores por Acréscimos de Gastos		8.893,02		8,686,76
Total	0,00	810.789,04	0,00	748.032,77

16.11 Outros Passivos Financeiros

Nos exercícios 2023 e 2022, a Fundação não deteve outros passivos financeiros.

16.12 Subsídios, doações e legados à exploração

A Fundação reconheceu, nos períodos de 2023 e 2022, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2023	2022
Subsídios do Estado e outros entes públicos	193.090,46	250.230,44
Subsídios de outras entidades	0,00	0,00
Doações e heranças	120.532,96	151.595,81
Legados	0,00	0,00
Total	313.623,42	401.826,25

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.



16.13 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022, foi a seguinte:

Descrição	2023	2022
Subcontratos	411.014,35	393.049,05
Serviços especializados	217.936,73	168.580,23
Materiais	83.562,78	60.964,23
Energia e fluidos	133.342,57	174.947,99
Deslocações, estadas e transportes	15.324,73	13,780,24
Serviços diversos	359.807,40	332,305,75
Total	1.220.988,56	1.143.627,49

16.14 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Donativos angariados	0,00	0,00
Outros rendimentos suplementares	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	7.689,71	59,599,62
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	1,962,33	94,45
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Imputação de subsídios para investimentos	23.150,84	35.441,08
Outros rendimentos e ganhos	26.331,44	76.698,87
Total	59.134,32	171.834,02

16.15 Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Impostos indirectos	1.352,50	431,84
Dívidas incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	0,00	0,00
Gastos e perdas investimentos não financeiros	0,00	0,00
Semanadas e mesadas a utentes internos	0,00	0,00
Donativos concedidos	0,00	1.417,02
Outros Gastos e Perdas	4.020,89	2.983,98
Total	5.373,39	4.832,84

A3/8

16.16 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2023 e 2022 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2023	2022
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	59.613,21	32.979,65
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	4.440,05	5.368,66
Total	64.053,26	38.348,31
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0,00	0,00
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Resultados Financeiros	-64.053,26	-38.348,31

Lisboa, 19 de Abril de 2024

O Contabilista Certificado

A Direcção

Angelet Taker

InsiMariadian released

Ata n.º 321

Aos dezanove dias do mês de Abril do ano de dois mil e vinte e quatro, reuniu o Conselho Executivo da Fundação António Silva Leal, pessoa coletiva número, quinhentos e dois, novecentos e quatro, oitocentos e setenta e nove, na sua Sede Nacional, sita na Rua Carlos Testa, número um, quarto andar A, em Lisboa, estando presentes a totalidade dos membros que compõem o Conselho, Valdemar Estevens Romba Saleiro – Presidente, Ângela dos Reis e Moura Branco Malveiro - Director Executivo e Inês Maria de Oliveira Saleiro – Director Executivo. ______

presentes a totalidade dos membros que compõem o Conselho, Valdemar Estevens Romba Saleiro – Presidente, Ângela dos Reis e Moura Branco Malveiro - Director Executivo e Inês Maria de Oliveira Saleiro – Director Executivo.
Tem a presente reunião como ponto único na sua ordem de trabalhos:
Ponto Único – Análise e Aprovação das contas do ano de dois mil e vinte e três
A Administradora Financeira apresentou exaustivamente as contas do ano de dois mil e vinte e três, com resultado antes de impostos, depreciações e amortizações (EBITDA) positivo de 20.245,75€ (vinte mil, duzentos e quarenta e cinco euros, e setenta e cinco cêntimos) e resultado líquido do exercício de -162.024,72€ (cento e sessenta e dois mil, vinte e quatro euros e setenta e dois cêntimos). Em termos de balanço, apresenta um Activo de 3.978.432,38€ (três milhões, novecentos e setenta e oito mil, quatrocentos e trinta e dois euros e trinta e oito cêntimos), um total de Fundos Patrimoniais de 1.526.181,51€ (um milhão, quinhentos e vinte e seis mil, cento e oitenta e um euros e cinquenta e um cêntimos) e de Passivo o valor de 2.452.250,87€ (dois milhões, quatrocentos e cinquenta e dois mil, duzentos e cinquenta euros e oitenta e sete cêntimos).
Após a análise das contas, o Conselho Executivo aprovou as mesmas e deliberou a transferência do resultado do exercício para resultados transitados.
Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada e lavrada a presente ata, que depois de lida foi assinada pelos presentes
Valdemar Estevens Romba Saleiro
Ângela dos Reis e Moura Branco Malveiro

Inês Maria de Oliveira Saleiro

INGMORIADOCINEDAJAP



Azevedo Rodrigues, Batalha, Sociedade de Revisores Costa & Associados Oficiais de Contas, Lda.

1

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Fundação António Silva Leal (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de € 3.978.432 (três milhões, novecentos e setenta e oito mil e quatrocentos e trinta e dois euros) e um total de fundos patrimoniais de € 1.526.182 (um milhão, quinhentos e vinte e seis mil, cento e oitenta e dois euros), incluindo um resultado líquido negativo de € 162.025 (cento e sessenta e dois mil e vinte e cinco euros)), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Fundação António Silva Leal em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Página 1 de 4

O.R.O.C. Inscrição nº 115 • Registada na C.M.V.M. nº 20161434 • Registada na Conservatória do Reg. Comercial de Lisboa • nipo 503 188 220



Azevedo Rodrigues, Batalha, Sociedade de Revisores Costa & Associados Oficiais de Contas, Lda. 1

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo

adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

elaboração do relatório de gestão e atividades nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou

a erro;

adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando

aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das

atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da

informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações

financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir

um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança

mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre

uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são

consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que

influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações

financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos

ceticismo profissional durante a auditoria e também:

Página 2 de 4

0.8.0.C. Inscrição nº 115 • Registada na C.M.V.M. nº 20161434 • Registada na Conservatória do Reg. Comercial de Lisboa • nipc 503 188 220



Azevedo Rodrigues, Batalha, Sociedade de Revisores Costa & Associados Oficiais de Contas, Lda,



- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria, incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão e atividades com as demonstrações financeiras.

Página 3 de 4

O.R.O.C. Inscrição nº 115 • Registada na C.M.V.M. nº 20161434 • Registada na Conservatória do Reg. Comercial de Lisboa • nipo 503 188 220



Azevedo Rodrigues, Batalha, Sociedade de Revisores Costa & Associados Oficiais de Contas, Lda.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão e atividades

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Lisboa, 22 de abril de 2024,

ABC - AZEVEDO RODRIGUES, BATALHA COSTA & ASSOCIADOS

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda

Inscrita na Ordem dos Revisorys Oficia e de Contas sob o número 115 Registada na C.M.Y.M. sop o número 20161434

representada pelo sócio

José Maria Manteiro de Azevedo Rodrigues ROC nº 681 CMVM nº 20160322

Página 4 de 4

O.R.O.C. Inscrição nº 115 • Registada na C.M.V.M. nº 20161434 • Registada na Conservatória do Reg. Comercial de Lisboa • nipc 503188 220



Parecer do Conselho Fiscal da Fundação António Silva Leal

Aos vinte e dois dias do més de Abril do ano de dois mil e vinte e quatro, reuniu o Conselho Fiscal da Fundação António Silva Leal, pessoa colectiva número, quinhentos e dois, novecentos e quatro, oitocentos e setenta e nove, na sua Sede Nacional, sita na Rua Carlos Testa número um, quarto andar A, em Lisboa, estando presentes os seguintes membros, Ana Rosa Soeiro Fernandez da Silva, Presidente, Zaina dos Reis e Moura de Branco Malveiro, Vice-Presidente e Francisco Eduardo de Oliveira Saleiro, Relator.
Tem a presente reunião como ponto único na sua ordem de trabalhos:
Ponto Único - Dar parecer sobre o Relatório Anual e Contas de Gerência do exercício de 2023, prestadas pelo Conselho Executivo.
Tendo por base a Certificação Legal de Contas efectuada pela empresa ABC, Azevedo Rodrigues, Batalha e Costa - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e complementado pela informação financeira constante no Relatório e Contas, nomeadamente Balanço, Demonstração de Resultados por Naturezas, Demonstração das Alterações dos Fundos Patrimoniais, Mapa de Fluxos de Caixa e respectivo anexo, merecendo especial destaque os seguintes elementos:
 Conforme o expresso no Relatório de Actividades e Contas e Certificação Legal de Contas, as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada os resultados das operações da Instituição no respectivo exercício;
 Da análise da estrutura de gastos, verifica-se que os fornecimentos e serviços externos e os gastos com pessoal representam 25,58% e 67,95%, respectivamente, da totalidade dos gastos;
 O Balanço evidencia um Total de Fundos Patrimoniais de 1.526.181,51€ (um milhão, quinhentos e vinte e seis mil, cento e oitenta e um euros e cinquenta e um cêntimos);
 A Demonstração de Resultados por Natureza apresenta um resultado líquido negativo no valor de -162.024,72€ (cento e sessenta e dois mil, vinte e quatro euros e setenta e dois cêntimos).
Nos termos dos Estatutos da Fundação António Silva Leal, o Conselho Fiscal dá parecer favorável ao Relatório de Actividades e Contas do exercício de dois mil e vinte e três, o qual entende dever ser aprovado.
Nada mais havendo a tratar nesta reunião, foi a mesma encerrada tendo sido lavrada a presente acta que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos membros presentes.
Ana Rosa Soeiro Fernandez da Silva Casa lesa Soeiro Fernandez de

Zaina dos Reis e moura de Branco Malveiro Zarcen La 105:00

Francisco Eduardo de Oliveira Saleiro



Acta n.º 135

Aos vinte e quatro dias do mês de Abril do ano de dois mil e vinte e quatro, reuniu o Conselho de Administração da Fundação António Silva Leal, pessoa coletiva número, quinhentos e dois, novecentos e quatro, oitocentos e setenta e nove, na sua Sede Nacional, sita na Rua Carlos Testa, número um, quarto andar A, em Lisboa, estando presentes os sequintes membros que compõem o Conselho de Administração, António do Carmo Branco Malveiro, Presidente, Valdemar Estevens Romba Saleiro, Vice-Presidente e Vogais, Ângela dos Reis e Moura Branco Malveiro, Célia Maria Gonçalves Silvestre e Inês Maria de Oliveira

Saleiro. Tem a presente reunião como ponto único da ordem de trabalhos: Ponto Único – Apreciação e Votação do Relatório de Actividades e Contas de Gerência do ano de dois mil e vinte e três. Tendo como base a Certificação Legal de Contas efectuada pela empresa ABC, Azevedo Rodrigues, Batalha e Costa - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, o Parecer do Conselho Fiscal e complementado pela informação financeira constante no Relatório e Contas, nomeadamente Balanço, Demonstração de Resultados por Natureza, Mapa de Demonstração de Alterações dos Fundos Patrimoniais, Mapa de Fluxos de Caixa e Anexo, os quais foram analisados e apreciados. _ Nos termos do artigo vigésimo, alínea c) dos Estatutos da Fundação António Silva Leal, o Conselho de Administração apreciou e votou favoravelmente o Relatório de Actividades e Contas do exercício de dois mil e vinte e três. _ Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada e lavrada a presente acta que depois de lida e aprovada, foi assinada pelos presentes. António do Carmo Branco Malveiro

Valdemar Estevens Romba Saleiro

Ângela dos Reis e Moura B. Malveiro

Célia Maria Gonçalves Silvestre

Inês Maria de Oliveira Saleiro

JUDGHOVIOOD Chivere